



ACADEMIA MILITAR

A Guerra Absoluta de Clausewitz nas Invasões Francesas

Autor: Aspirante Inf Flávio André Ferreira Gonçalves

Orientador: TCor Inf Jorge Manuel Dias Sequeira

Co-orientador: TCor Art Pedro Marquês de Sousa

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho 2015



ACADEMIA MILITAR

A Guerra Absoluta de Clausewitz nas Invasões Francesas

Autor: Aspirante Inf Flávio André Ferreira Gonçalves

Orientador: TCor Inf Jorge Manuel Dias Sequeira

Co-orientador: TCor Art Pedro Marquês de Sousa

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho 2015

Agradecimentos

Para a realização deste Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada muitos contribuíram, cada um de maneira diferente.

Queria então agradecer, primeiramente, ao meu Orientador, Tenente-Coronel de Infantaria Jorge Manuel Dias Sequeira e ao meu Coorientador, Tenente-Coronel de Artilharia Pedro Marquês de Sousa, que apesar de haver por vezes falta de correspondência da minha parte, foram sempre breves e prontos a responder quando lhes foi pedido apoio.

Em seguida, agradeço também ao Tenente-Coronel de Infantaria Estevão da Silva, que conduziu a fase inicial do trabalho e ao Major de Infantaria António Oliveira, pela paciência e persistência com que me foi encaminhando.

Por fim, uma palavra aos meus camaradas de curso, á minha família e aos meus amigos. Todos foram muito importantes ao longo dos últimos anos, não só neste pequeno período.

A todos, muito obrigado!

Flávio Gonçalves

Resumo

O presente trabalho, intitulado: “A Guerra Absoluta de Clausewitz nas Invasões Francesas”, tem como principal objetivo identificar os aspetos do conceito de Guerra Absoluta de Clausewitz que ocorreram durante o período das Invasões Francesas.

Pretende-se esclarecer a importância do povo durante o período das Invasões Francesas, facto que deve ser de conhecimento público, de modo que exibam orgulho e tenham perfeita noção daquilo que se fez ao longo da História. Gostaria assim que este relatório científico servisse como mais contributo para a formação da Identidade Nacional.

Este trabalho é estruturado em três partes: na primeira, encontra-se uma introdução que apresenta o relatório científico e onde são levantadas questões de investigação bem como objetivos de estudo. Numa segunda parte faz-se um levantamento documental, consulta e comparação de diversas obras, fazendo-se uma análise ao seu conteúdo. Por fim, na última parte, tiram-se as conclusões, respondendo-se igualmente às questões levantadas previamente.

As questões utilizadas foram desenvolvidas para responder à questão central e para atingir os objetivos designados. Quanto à metodologia, recorreu-se a uma análise cronológica e comparativa de diversas obras.

Durante o período das Invasões Francesas, as ações dos franceses em Portugal foram gerando um sentimento de revolta no povo. Com a chegada de apoio por parte da Inglaterra, houve uma reorganização do Exército e, com a cooperação entre ingleses e portugueses, foi possível expulsar as tropas napoleónicas do País. Uma boa prestação dos chefes militares, apoiada também na vontade do povo português em escorraçar do seu território todos os invasores, levou ao sucesso, e provou a validade das ideias de Clausewitz.

Palavras-chave: Invasões, Clausewitz, Guerra, Povo, Política.

Abstract

In this study, entitled “Clausewitz’s Absolut War in the French Invasions,” has as main objective to identify which aspects of Clausewitz’s Absolute War Theory occurred during the period of the French Invasions.

It is intended to clarify here the importance that the people have had during the period of the Napoleonic wars, a fact that should be known to all, so to be proud and have sense of how, throughout history, did acquire the Portuguese identity that now they all have.

This work is structured in three parts, in which the first is an introduction that presents the scientific report and where questions are raised for research and study purposes. The second part makes a documentary survey, consultation and comparison of several works, is making an analysis of its content. In the last part, the conclusions, also responding up to the issues raised.

Derived questions are designed to answer the central question and to achieve the assigned objectives. As for methodology, we used a chronological and comparative analysis of different works.

During the period of the Napoleonic wars, the actions of the French in Portugal were generating a feeling of revolt in the people. With the arrival of support from England, there was a reorganization of the army and with the cooperation between British and Portuguese, good things came. A good supply of military leaders also supported the will of the Portuguese people in chase out of its territory all invaders, which led to success, and proved the validity of Clausewitz's ideas.

Keywords: Invasions, Clausewitz, War, People, Politics.

Índice Geral

Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Índice Geral	v
Índice de Figuras	vii
Lista de Apêndices e Anexos	viii
Lista de Abreviaturas, Acrónimos e Siglas	ix
Capítulo 1 - Introdução	1
1.1 Generalidades	1
1.2 Problema de Investigação: Escolha, Formulação e Justificação	1
1.3 Delimitação da Abordagem	2
1.4 Questão Central	2
1.5 Questões de Investigação.....	3
1.6 Objetivos do Estudo	4
1.7 Metodologia.....	4
1.8 Estrutura do Trabalho de Investigação Aplicada.....	5
Capítulo 2 - Revisão de Literatura	6
Capítulo 3 - Enquadramento das Invasões Francesas	9
3.1 – As Invasões.....	9
3.1.1 – Antecedentes.....	9
3.1.2 – 1ª Invasão Francesa	14
3.1.3 – 2ª Invasão Francesa	19
3.1.4 – 3ª Invasão Francesa	23

Capítulo 4 - Noções de Guerra e Guerra Total	27
4.1 Carl von Clausewitz	27
4.2 A Guerra para Clausewitz.....	28
Capítulo 5 - O Povo nas Invasões	34
5.1 Importância do povo na 1ª Invasão Francesa	34
5.2 Importância do povo na 2ª Invasão Francesa	35
5.3 Importância do povo na 3ª Invasão Francesa	41
5.3.1 As Linhas de Torres Vedras	43
Capítulo 6 - Conclusões e Recomendações	45
6.1 Introdução	45
6.2 Questões Derivadas	45
6.3 Questão Central	47
6.4 Recomendações	48
6.5 Limitações da Investigação	48
6.6 Propostas de Investigação Subsequentes	49
Bibliografia	50
Anexos	
Anexo A – Mapa das Invasões Francesas	I
Anexo B – Forte de S. Vicente	II
Anexo C – Trabalhadores nos Fortes	III

Índice de Figuras

Figura 1 - Carl von Clausewitz	27
Figura 2 - Conceção trinitária da Guerra de Clausewitz	30
Figura 3 - Espectro do Conflito.....	32
Figura 4 - O Espectro da Guerra	33
Figura 5 - Mapa das Invasões Francesas.....	I
Figura 6 - Forte de S. Vicente	II
Figura 7 - Trabalhadores nos Fortes.....	III

Lista de Apêndices e Anexos

Anexos.....	1
Anexo A: Mapa das Invasões Francesas.....	I
Anexo B: Forte de S. Vicente	II
Anexo C: Trabalhadores nos Fortes	III

Lista de Abreviaturas, Acrónimos e Siglas

AM	Academia Militar
Cfr.	Conforme
ed.	Edição
p.	Página
pp.	Páginas
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada

Capítulo 1

Introdução

1.1 Generalidades

O Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) está enquadrado no Tirocínio para Oficial de Infantaria, sendo o seu principal objetivo promover aos alunos uma formação científica apoiada nas competências de pesquisa, investigação e tratamento de informação. Este é um trabalho que vem no culminar de um processo de formação de cerca de cinco anos, para a obtenção do grau de mestre, em ciências militares na especialidade de Infantaria, curso este que é ministrado pelo estabelecimento de Ensino Superior Público Universitário Militar, a Academia Militar (AM).

Este trabalho tem como tema “A Guerra Absoluta de Clausewitz nas Invasões Francesas”, e nele pretendemos abordar alguns eventos onde a determinação e ajuda do povo foram de grande relevância para a vitória final e para que possamos conhecer Portugal como o país independente que hoje encontramos. Ao longo do trabalho vamos abordar as ideias de Clausewitz, das quais relevamos a importância do povo, efetuar um enquadramento das Invasões e relatar alguns eventos durante as mesmas onde o povo teve alguma intervenção. No final, iremos tentar fazer uma ligação entre aquilo que o povo realizou durante esta época, com a conceção trinitária de Guerra de Clausewitz, na qual o povo desempenha um papel determinante no desenrolar do evento violento.

1.2 Problema de Investigação: Escolha, Formulação e Justificação

O problema de investigação que segundo Fortin (2009, p.374) é um “(...) enunciado formal do objectivo de uma investigação tomando a forma de uma afirmação que implica a possibilidade de uma investigação empírica que permite encontrar uma resposta”, é algo que exige meditação e reflexão, tornando-se por vezes difícil de o designar devido a “(...) uma

preocupação de fazê-lo demasiado bem e de formular desde logo um projecto de investigação de forma totalmente satisfatória” (Quivy e Campenhoudt, 1998, p.31).

O trabalho terá como finalidade compreender se há alguma correlação entre o pensamento de Clausewitz em relação à participação dos povos na guerra e os episódios que ocorreram durante as Invasões Francesas, identificando os aspetos em que as ideias de Clausewitz e tais ações se intercetam.

Para atingir o objetivo anterior, teremos de conhecer e aprofundar os principais conceitos e ideias de Clausewitz, assim como a descrição das invasões francesas e a resistência dos portugueses.

Este tema procurará esclarecer a importância do povo português durante um período que marcou a nossa história, por ser um período no qual, se não tivéssemos obtido sucesso, se teria posto fim ao Estado de Portugal, como nação independente.

1.3 Delimitação da Abordagem

O presente trabalho relata as intervenções do povo português durante as Invasões Francesas. Para tal iremos associar as ideias de Carl von Clausewitz, que referia que o povo era um dos três vértices essenciais no fenómeno da Guerra. Com este propósito, vai-se procurar responder às Questões Derivadas e à Questão Central. Durante o trabalho não se procura descrever exaustivamente cada pequena ação do povo, mas sim constatar as principais ações deste ao longo de todas as Invasões e, com especial referência, no último reduto dos portugueses na 3ª Invasão, as Linhas de Torres Vedras, pretendendo-se no final atestar sobre a importância do povo para o desfecho final das Invasões Francesas.

Devido ao enorme número de acontecimentos que ocorreram neste período, não é possível especificar todo e qualquer pormenor, optando-se por fazer uma visão abrangente desta longa e difícil época para os portugueses.

1.4 Questão Central

Este trabalho de investigação tem como objetivo dar uma resposta à questão central. Esta questão deve cingir-se naquilo que o investigador realmente procura como objetivo da sua investigação, portanto “(...) se o estudo visa desenvolver a teoria, o investigador enuncia uma questão em relação com um fenómeno e evolui no seu processo para a verificação dos conceitos e das ligações que levarão eventualmente ao seu desenvolvimento” (Fortin, 2009, p. 101).

Foi assim definida a seguinte Questão Central: **“Quais as atividades desenvolvidas pelo povo durante as Invasões Francesas que se podem associar com a conceção trinitária de Guerra de Clausewitz?”**.

1.5 Questões de Investigação

Para poder responder à questão central, deve-se então investigar sobre o tema. Para isto determinamos “(...) questões de investigação são premissas sobre as quais se apoiam os resultados de investigação. São enunciados interrogativos precisos, escritos no presente” (Fortin, 2009, p. 101).

Derivadas da questão central, surgem outras questões cujas respostas são indispensáveis para solucionar a problemática levantada:

- QD.1: Em qual das Invasões foi mais evidente a participação do povo na guerra?
- QD.2: Quais os aspetos em que as ideias de Clausewitz se materializaram durante as Invasões Francesas?
- QD.3: Qual a preponderância que assumiu o povo no desfecho final deste conflito?
- QD.4: Que tipo de ações foram desenvolvidas pelo povo português para contrariar os invasores durante esta época?

As respostas a estas questões derivadas concorrem para dar resposta à questão central.

1.6 Objetivos do Estudo

O objetivo do estudo “(...) indica o porquê da investigação. É um enunciado declarativo que precisa a orientação da investigação segundo o nível dos conhecimentos no domínio em questão.”(Fortin, 2009, p. 100).

O objetivo geral da investigação é identificar os aspetos da conceção Trinitária da Guerra de Clausewitz que ocorreram durante o período das Invasões Francesas, relevando as ações do povo, por ser aí que se insere a nossa investigação. Como objetivos específicos identificamos os seguintes:

- Identificar em qual das Invasões Francesas foi mais evidente a participação do povo;
- Reconhecer os aspetos em que a conceção Trinitária de Guerra de Clausewitz mais se aproxima do ocorrido nas Invasões Francesas;
- Esclarecer acerca da importância assumida pelo povo no desfecho do conflito;
- Enumerar as principais ações em que o povo português participou, de modo a contrariar os exércitos franceses durante as invasões.

1.7 Metodologia

Esta investigação teve em consideração as normas para a redação do Relatório Científico Final do TIA, que podemos encontrar nas normas de execução para a elaboração dos Trabalhos da AM (2013). Paralelamente e para auxílio na revisão estrutural do trabalho foi tido como referência o livro “Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada”, escrito pela Professora Doutora Manuela Sarmento (2013). A realização deste trabalho tem por base o uso do método de investigação histórica. Este método compreende a análise e tratamento dos elementos em estudo segundo uma ordem cronológica. Aqui pretende-se estudar segundo uma cronologia, os acontecimentos que ocorreram durante o período das Invasões Francesas, relevando as ações do povo. Através de um método dedutivo vai-se então analisar os vários eventos que tomaram lugar nesta época, para se poder chegar a uma conclusão sobre a importância destes no geral.

1.8 Estrutura do Trabalho de Investigação Aplicada

O presente trabalho é composto por seis capítulos. No capítulo inicial far-se-á uma introdução, onde será explanado quais foram os problemas da investigação, será delimitada a abordagem ao tema, expor-se-á as questões central e derivadas, os objetivos deste estudo, a metodologia e a estrutura do trabalho.

Como segundo capítulo, será feita uma revisão da literatura que mais contribuiu para desenvolver o TIA.

Ao longo do terceiro capítulo será feito um enquadramento, onde será dada uma visão geral sobre os antecedentes das Invasões e sobre o desenrolar da 1ª, 2ª e 3ª Invasões Francesas.

No quarto capítulo apresentar-se-á uma curta biografia de Clausewitz e expor-se-á a visão que este tinha sobre a guerra. Ver-se-á a conceção que Clausewitz faz da guerra, a sua ideia sobre este fenómeno.

Quanto ao quinto capítulo, descreverá algumas ações do povo durante as Invasões, tratando-se cada uma das mesmas em separado e por ordem cronológica, da 1ª para a 3ª Invasão.

Por último, ao longo do sexto capítulo serão feitas as conclusões e recomendações do trabalho, onde se tratará de responder às questões central e derivadas. Serão ainda tecidas algumas considerações em relação a recomendações e propostas de investigação futuras assim como se fará referência às limitações sentidas ao longo do TIA.

Capítulo 2

Revisão de Literatura

Neste capítulo daremos a conhecer as principais obras em que se baseou o desenvolvimento de todo o trabalho.

Na pesquisa efetuada sobre as Invasões Francesas, foram encontradas uma grande quantidade de obras das quais, evidentemente, algumas contribuíram com mais informação que outras. Apesar de nos termos guiado mais por umas obras do que por outras, aquelas nas quais menos nos apoiámos não deixaram ainda assim de ter a sua importância na realização deste TIA.

Em relação às fontes em que nos baseámos para os capítulos sobre as Invasões, destaco as seguintes:

- “As Invasões Napoleónicas – Desde a ida da Família Real para o Brasil às Linhas de Torres 1807-1811” da autoria de José Custódio Madaleno Geraldo (2011), que dá uma visão abrangente do que se passou desde 1807 a 1811 e, em função das muitas leituras que fez e de uma pesquisa bastante aprofundada, relata aquilo que de mais importante ocorreu em Portugal durante o período das Invasões. Para além disto, este livro ajudou sobremaneira na recolha de mais bibliografia, uma vez que partindo desta, conseguiu-se obter mais fontes que permitiu recolher informação relevante para a elaboração do presente trabalho.

- “História Popular da Guerra da Península”, um livro da autoria de J. J. Teixeira Botelho, no qual o autor pretendeu, sem pormenorizar as batalhas ou certos acontecimentos políticos, relatar o período das Invasões. Sendo uma ‘História Popular’, como o título nos indica, o autor retrata muitas ações do povo, e no seu prefácio esclarece mesmo que o epíteto de ‘Popular’ não tinha para ele uma conotação negativa, “ao contrário de alguns escritores, que entendem fazer da obra popular um tecido de anedotas” (Botelho, 1915, p.VII), sendo para ele, uma obra educativa.

- “Invasões francesas em Portugal”, um livro de Vitoriano José César (1904), Tenente-Coronel ao serviço do Estado-Maior, foi bastante importante para desenvolver o capítulo três – Enquadramento das Invasões Francesas, sendo que serviu de base para redigir, de uma maneira sucinta, os acontecimentos que ocorreram antes e durante estas mesmas

invasões. É uma obra que já não é recente, mas que, em nossa opinião, é muito completa e de muito valor, pois sendo antiga, quando foi redigida, os acontecimentos estavam mais frescos nas memórias de quem sobre eles ouviu histórias.

Para além destas, mais algumas obras foram consultadas e ajudaram em alguma parte a valorizar este trabalho.

Quanto á bibliografia recolhida relativa aos estudos do tema da ‘Guerra’, e mais em concreto, às ideias de Clausewitz em relação a este assunto, destacam-se duas obras nas quais foi baseado o capítulo quatro- Noções de Guerra:

- “Da Guerra”, um livro de Carl von Clausewitz (2006), que é sobejamente conhecido pelos estudiosos da arte da Guerra ou da Estratégia e mesmo por alguns leigos, é um livro que, devido à distância temporal e às condições em que ele foi escrito, muitas vezes em campanha, pode ser de difícil interpretação. No entanto, é uma situação natural, uma vez que foi publicado postumamente pela sua mulher, Maria von Clausewitz, quando ainda não estava totalmente redigido, sendo por isso muitas vezes um conjunto de textos e não um livro com um fio condutor. A obra de Clausewitz, contudo, nunca deixa o leitor em dúvida, uma vez que a lógica interna e o uso sistemático de termos e conceitos muito bem definidos não o permite. É muito conceituada e foi relevante, imprescindível até, para a realização do trabalho, que é desenvolvido efetivamente em torno das ideias deste autor sobre a Guerra.

- “Sobre a Guerra – Política, Estratégia e Tática”, um livro da autoria do Coronel Carlos Manuel Mendes Dias (2010), é uma obra que é bastante importante, que explica de forma sucinta as ideias que diferentes filósofos têm sobre o fenómeno da Guerra. Um dos filósofos que estuda no seu livro é mesmo Carl von Clausewitz. Ao longo desta obra é observada a evolução do pensamento sobre este fenómeno.

Para além destas duas fontes de referência, foi também importante a obra “Clausewitz: The State and War”, escrita por Jan Willem Honig (2011), na qual o autor relaciona o poder e a intenção do Estado, ou seja, o relacionamento da política com a Guerra, observando esta relação não só da perspetiva de Clausewitz mas também de outros pensadores do fenómeno da Guerra, fazendo uma distinção entre as diferentes maneiras de pensar a Guerra, mas notando também os aspetos em que as ideias convergiam. Jan Willem Honig concebeu a sua obra de uma maneira muito similar á obra do Coronel Mendes Dias, fazendo uma ligação entre os pensamentos dos vários filósofos para fazer notar uma progressiva evolução dos conceitos.

Foi analisada ainda a obra de Raymond Aron (2002), “Paz e Guerra entre as Nações”, uma obra que, na sua primeira parte trata as ideias de Clausewitz, principalmente no que

concerne aos conceitos de Guerra Total ou Guerra Absoluta, matérias que são muito relevantes para a construção deste trabalho e concomitantemente contribuem para responder à problemática.

Para além destas, foi também de alguma importância os “Elementos de Estratégia” do General Abel Cabral Couto (1988), onde por é feita uma classificação do fenómeno da Guerra.

Capítulo 3

Breve descrição das Invasões Francesas

3.1 – As Invasões

Neste subcapítulo vai-se fazer uma breve descrição do período que antecedeu as Invasões Francesas e posteriormente, do período das Invasões propriamente ditas, sem se procurar entrar em grandes detalhes sobre as batalhas.

3.1.1 – Antecedentes

Há já muitos séculos que Portugal é aliado do Reino Unido. Ainda antes da 1ª Aliança, celebrada durante o reinado de D. Fernando, entre Portugal e a Inglaterra, apareciam já sinais de alguma cooperação (César, 1904).

Posteriormente, já no reinado de D. João I, uma aliança volta a surgir, através do Tratado de Windsor, que é celebrado a 9 de maio de 1386 (César, 1904), revestido de grande importância e que acaba por ser fortalecido com o casamento de D. João I com D^a. Filipa de Lencastre. Esta união irá catapultar Portugal para os descobrimentos, período de colossal importância na nossa história.

É no período da Restauração, no reinado de D. João IV, que mais uma vez, os soldados ingleses vêm apoiar os portugueses. Nesta ocasião, fortalecem-se mesmo os laços entre os dois países através da criação de um laço de sangue, quando D. Catarina, filha de D. João IV, casa com Carlos II, rei de Inglaterra (César, 1904).

A conjuntura em que se deu esta aliança era no entanto bastante diferente das alianças que se lhe antecederam, pois antes estávamos de igual para igual, mas, agora, tivemos de pagar com juros o apoio a nós prestado pelos nossos aliados de há longos anos. Segundo Vitoriano José César (1904), os portugueses pagaram mesmo com despuddorada usura este auxílio do lado inglês.

Assim, ao contrário o que ao início se faria prever, o período que se seguiu não foi uma época pacífica, uma vez que Portugal acabou por se envolver em conflitos alheios, sendo que, primeiramente, pusemo-nos ao lado de Filipe V, neto de Luís XIV, que era o sucessor legítimo de Carlos V, firmando aliança com a Espanha e com a França (César, 1904).

Já não era de agora que havia hostilidade entre a Inglaterra e a França o que levou os franceses a pensar que a melhor forma de dominar os ingleses seria fazer um bloqueio aos portos da Península Ibérica. A França faz o Pacto de Família com Carlos III de Espanha e, como resultado, a Espanha fecha mesmo os seus portos a Inglaterra, exigindo a mesma atitude por parte de Portugal. Contudo, a nossa reação não foi a mesma e através do nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros, o nosso país responde com determinação ao ultimato francês, mostrando-se indubitavelmente contra esta “ordem” vinda de França.

É então comunicado pelos embaixadores de Espanha e França, que Portugal tem somente quatro dias para se aliar contra a Inglaterra, o que é imediatamente recusado (César, 1904).

Após o abandono das conversações por parte dos nossos embaixadores, há quase uma declaração de guerra. É então que o Marquês de Pombal, Ministro de D. José, vendo-se na iminência duma guerra, chama o Conde de Lippe para reorganizar e comandar o nosso exército incitando ao mesmo tempo a um apoio por parte da Inglaterra, nomeadamente ajuda com soldados e oficiais.

Esta campanha de 1762 revelou as fragilidades do nosso Exército, que não estava capacitado para enfrentar uma guerra como esta. Felizmente para nós, a guerra acabou mas, apesar de tudo, esta também não correu de feição á Espanha, pois graças aos planos do Conde de Lippe e também devido á incapacidade dos comandantes espanhóis, falharam todos os esforços contra o nosso país. (César, 1904).

A 7 de março de 1763, após a efetivação da paz, o Conde de Lippe¹ abandona Portugal, porém, devido às suas ações e com a perseverança do Marquês de Pombal, o nosso Exército podia agora equiparar-se aos melhores Exércitos da Europa (César, 1904).

Apesar da grande evolução que sofreu o nosso Exército, após a morte de D. José e o afastamento do Marquês de Pombal, tudo voltou rapidamente a ser como era dantes. As instituições militares voltaram a perder importância e havendo mesmo oposição às

¹ Militar e político que desempenhou um papel relevante na reestruturação e reorganização do Exército português.

ordenações anteriormente tomadas e, mais uma vez, a instrução e disciplina foi posta de lado, o que faria com que não fosse aconselhável entrar em novos conflitos.

É então que em 1789 que ocorre a Revolução Francesa onde Luís XVI e Maria Antonieta são assassinados, pondo toda a realeza europeia em alvoroço. Com isto decide-se então formar uma Aliança, Aliança esta que vai ser encabeçada pela Inglaterra, já há muito tempo nossa aliada. É assim, que nos vemos novamente a ser levados para uma guerra quem não nos dizia respeito.

Numa aliança liderada pela Inglaterra, como foi dito anteriormente, Portugal vai então lutar ladeado pela Espanha, que também faz parte da aliança. Invadindo a França pelos Pirenéus, somos derrotados e obrigados a retirar.

Vemos depois acontecer outro revés quando, na tentativa de bloquear os portos franceses, uma esquadra portuguesa se vê na obrigação de regressar á custa de uma epidemia.

Nesta campanha em terras francesas muitas foram as contrariedades e, para tornar a situação ainda mais difícil, a França e a Espanha assinam a Paz de Basileia², no dia 22 de julho de 1795, sem que haja representação por parte de Portugal (César, 1904).

Apesar de tudo, Portugal continuou a opor-se á França. Só que agora a Espanha lutava ao lado dos franceses, o que nos obrigou a repensar a aliança com Inglaterra.

A 21 de novembro de 1806 é decretado o bloqueio continental³ á Inglaterra, já com Napoleão Bonaparte nas rédeas da França, o que vai sufocar os britânicos. Portugal não quer tomar partidos e, embora sempre tenha sido um aliado de Inglaterra, tenta manter-se numa posição neutra, dizendo atuar apenas como uma potência auxiliar (César,1904). Com isto, a França acaba por nos considerar seus inimigos, uma vez que sempre fomos um país aliado da Inglaterra.

Vamos tentando de todas as maneiras persuadir os franceses a acreditar na nossa neutralidade, proibindo até os nossos marinheiros de atacar ou fazer qualquer outra ação contra os navios franceses.

Nesta altura, a Espanha começa a praticar a política francesa e as suas tropas vão iniciando a mobilização para perto das fronteiras portuguesas em Badajoz e na Galiza. (César, 1904).

² Tratado de paz entre a França e a Espanha.

³ Fecho dos portos aos ingleses por parte dos países que se submetiam a Napoleão.

Houve ainda maior apreensão após a declaração de guerra á Inglaterra por parte da Espanha em outubro de 1796, o que nos levou de novo a pedir auxilio ao nosso velho aliado britânico. Desta vez porém a sua resposta foi negativa.

Portugal continuava a não ceder perante as imposições do lado francês e espanhol em que quebrássemos a aliança com Inglaterra e portanto fizeram um acordo, no qual dividiam Portugal entre eles e forçaram o nosso embaixador em França a abandonar aquele país em 24 horas (César, 1904). Isto era o resultado de uma política ambígua por parte de Portugal, que por um lado não queria estar em conflito com a França, mas ao mesmo tempo, tencionava preservar a velha aliança com os ingleses.

Vendo-se ameaçado, Portugal pede uma vez mais apoio aos ingleses que, por fim, acabam por enviar para Lisboa, a 21 de junho de 1797, um Exército formado por cerca de 6.000 homens, dos quais era comandante o marechal de campo Sir Charles Stewart (César, 1904).

Portugal entende ainda assim que este exército inglês é escasso e por isso enceta todos os esforços diplomáticos possíveis para negociar a paz com França, o que acontece a 10 de Agosto de 1797, através de um pagamento de 1.600 contos (César, 1904). Assim que a Inglaterra sabe deste acordo, pressiona Portugal de tal forma que a ratificação do tratado acaba por não se concretizar e, conseqüentemente, o embaixador António de Araújo virá a ser detido.

Napoleão⁴ fica irritado ao saber do apoio português – enviou uma esquadra - a Inglaterra, quando Nelson derrotou os franceses em Abukir. Embora os portugueses se tenham atrasado e não tenham participado no combate, apoiaram no bloqueio de Malta⁵. Em ordem de serviço, Napoleão chega mesmo a publicar que “tempo virá em que a Nação Portuguesa pagará com lágrimas de sangue o ultraje que está fazendo à Nação Francesa” (César, 1904). Portugal era portanto um peão na rivalidade já de longa data entre os franceses e os ingleses.

Fazendo um apanhado geral, observamos assim, que a longa aliança mantida com a Inglaterra é muito importante para este conflito que travaríamos com a França. Com isto, somos levados a confiar totalmente no apoio que nos é prestado por aquele país. Somos

⁴ Brillhante General francês, introduziu muitas reformas, reorganizando a França e tornando-a num dos maiores Impérios da sua época (Geraldo, 2011).

⁵ Bloqueio imposto pelas forças aliadas, formadas por Inglaterra, algumas forças irregulares de Malta, Portugal e o Reino de Nápoles, sobre as forças francesas na cidade de La Valleta (Fonseca, 2009).

vítimas da vontade de Napoleão, mas ao mesmo tempo subjugamo-nos em certa parte á política inglesa (César, 1904).

Há já longo tempo que a política por nós adotada concorria para aquilo que nós éramos no início do século XIX. Esta época estava a ser largamente dominada por Napoleão que ia conseguindo vitórias pela Europa, faltando-lhe apenas controlar Portugal. Franceses e espanhóis organizam então uma invasão a Portugal.

O nosso país, como se pode constatar, encontra-se muitas vezes bloqueado no meio da rivalidade entre Inglaterra e França e é conseqüentemente afetado negativamente por esse conflito.

A conjuntura política do século XVIII atira Portugal, contra a sua vontade, para o centro dos maiores conflitos europeus. O envolvimento nesses conflitos leva Portugal a ter uma constante preocupação com a organização militar, o que no entanto não se torna de toda uma vantagem efetiva, uma vez que a atenção dada a esta instituição desvanece-se cada vez que se iniciam tempos de paz (César, 1904).

Contudo, antes das Invasões, que seguidamente irão ser abordadas, deu-se uma reestruturação do Exército português.

Vendo que o Exército era, na altura, mal pago, indisciplinado, pouco instruído e estava desmoralizado por campanhas anteriores, resolveu o Príncipe Regente modernizar militarmente Portugal, em decreto de 19 de maio de 1806, onde o reorganizou em divisões e brigadas, e numerou os regimentos das várias Armas, para que se formasse na linha por ordem numérica, ao invés de se formar por antiguidade dos comandantes, modo que era usual anteriormente. Foram criadas três divisões e no total, o Exército português passava a contar com 24 regimentos de Infantaria, 12 de Cavalaria e 4 de Artilharia, que davam um efetivo de 10.000 a 12.000 militares (Geraldo, 2011).

Neste período, algumas mudanças foram feitas também relativamente às Milícias e Ordenanças.

Por alvará de 21 de outubro de 1807, dividiu-se assim o reino em 24 brigadas de ordenanças que deviam, cada uma, fornecer um regimento de infantaria de linha (Geraldo, 2011), o que perfazia o potencial de meios anteriormente referido.

Quanto às milícias, foram criados alguns regimentos, que passaram de 43 a 48, contabilizando um total de 52.848 homens. (Geraldo, 2011).

3.1.2 – 1ª Invasão Francesa

A 1ª Invasão Francesa⁶ ocorre numa altura em que tanto o exército como a classe política se encontram num estado de grande debilidade. Esta não é na verdade uma invasão apenas francesa, uma vez que ela é efetuada por uma força combinada⁷ de elementos dos exércitos francês e espanhol. Este exército era comandado por Junot⁸, um ex-embaixador Francês em Portugal (César, 1904).

No dia 17 de novembro de 1807, em Alcântara, no quartel-general, Junot afirma perante os portugueses que a única razão da sua entrada em Portugal é para combater os ingleses que cá se encontravam (César, 1904).

As forças confiadas a Junot para a invasão concentram-se em Baiona. Napoleão contava ainda com 3 corpos militares por parte da Espanha. No total, o Exército francês compunha-se por três divisões de infantaria e uma divisão de cavalaria, que perfaziam um efetivo de 27.500 militares a marchar em direcção a Portugal. Apesar das condições em que se deslocam, em pleno Inverno, o estado diminuído em que se encontram não os impede de chegar a Lisboa, uma vez que fazem todo o percurso sem encontrar qualquer oposição dos portugueses. (Chagas, 1927).

Devido às severas condições atmosféricas e do terreno atravessadas, grande parte do Exército de Junot estava doente e desmoralizado. A chegada a Lisboa foi no entanto mais calma do que aquilo que estariam á espera e portanto, não havendo oposição, os franceses ocuparam Lisboa e pareciam passar do inferno diretamente para o céu (Chagas, 1927).

A Família Real já tinha nesta altura embarcado para o Brasil e Junot, vendo os navios, tudo faz para não os ver fugir, mas, sem sucesso, vê a Família Real escapar, escoltada por uma esquadra de navios inglesa. Depois disto Junot volta pronunciar-se aos portugueses,

⁶ Ver Anexo A – Mapa das Invasões Francesas

⁷ Força formada por elementos das Forças Armadas de dois ou mais países.

⁸ General francês que comandou o Exército do seu país na 1ª Invasão Francesa.

declarando que está em Portugal apenas para os defender: “O grande Napoleão, meu amo envia-me para vos proteger, eu vou vos proteger” (Medina, 1984, p.48).

Quando se trata de falar acerca da fuga da Família Real para o Brasil, não há unanimidade de pensamento. De seguida mostram-se algumas das teorias relativamente a este assunto sem entrar no entanto numa explicação exaustiva. As ideias acerca desta partida são em alguns casos bastante diferentes.

Alguns abordam este tema afirmando que a partida para o Brasil se tratou apenas de covardia, e que o rei deixou os portugueses por sua conta, entregues ao seu destino. Por outro lado, outros há que defendem o rei D. João VI, dizendo que esta atitude demonstra uma grande leitura da política pela sua parte. Com isto, evitou a detenção, detenção esta que o forçaria a renunciar ao trono, e por isso a sua ação terá mantido a independência de Portugal, uma vez que, para se afastar de conflitos, terá aconselhado o povo português a receber de bons modos os franceses (César, 1904).

Desta maneira, o Príncipe Regente frustrou as intenções de Napoleão e D. João VI governava então, tomando o lugar da sua mãe, D. Maria I, que se encontrava demente e fica deste modo liberto de qualquer pressão vinda de fora, tendo mais liberdade para governar o Brasil.

A deslocação da corte para o Rio de Janeiro terá sido uma decisão estratégica⁹ por parte de D. João VI, uma vez que ao tomar esta atitude ele defende o trono português e ao mesmo tempo a nossa independência. Dependendo dos pontos de vista, vemos então que há opiniões que favorecem a honra do Príncipe Regente e outras que, por seu lado, a rebaixam de uma maneira muito ameaçadora á sua condição como governante quer de Portugal, quer, principalmente, do povo português (César, 1904).

Com a partida para terras de Vera Cruz, D. João VI impulsiona a edificação de novas infraestruturas, e estabelece nesse local uma “capital” política do Estado Português. Com isto, apesar de no Brasil ser conotado de forma negativa, contribuiu de grande modo para o seu desenvolvimento e precipitou assim a sua independência (Proença,1999).

A fuga para o Brasil não foi um ato de todo inopinado. D. João VI fez, préviamente á sua saída, uma declaração aos portugueses na qual comunicava a partida e na qual nomeava também uma Regência com a tarefa de governar o país.

⁹ “A Estratégia é a utilização do recontro para atingir a finalidade da guerra. Ela tem pois de fixar uma finalidade para o conjunto do acto da guerra que corresponda ao objectivo da guerra.” (Clausewitz, 2006, p.199).

Voltando ao que já foi referido anteriormente, quando Junot se deslocou para Lisboa não encontrou nenhuma oposição e por isso teve a maior liberdade para nesta cidade se instalar, em nome do Imperador Francês. Seguindo o Tratado entre franceses e espanhóis, as tropas espanholas chegam a Évora e ao Porto, comandadas por Solano e Tarranco, respetivamente, em Dezembro de 1807 (César, 1904).

Vemos então que a 1ª Invasão é realizada com um acordo entre franceses e espanhóis, no entanto há alianças que não duram muito tempo e, como vamos ver a seguir, este foi um dos casos.

Com o intuito de simplificar a comunicação entre os franceses e os portugueses, Napoleão envia novos contingentes. As relações entre França e Espanha começam a deteriorar-se quando Napoleão, sem comunicação prévia, excede o número de homens que lhe era permitido entrar neste último país, segundo o que tinha sido definido quando estes países assinaram o Tratado de Fontainebleau¹⁰, tratado que previa a entrada de até 40.000 militares franceses. Do mesmo modo, as forças de Espanha que estavam em Elvas e Setúbal foram trocadas por tropas do Exército francês (César, 1904).

Apercebendo-se da presença de tal quantidade de militares franceses, o povo espanhol entra em alvoroço e começa a demonstrar a sua insatisfação. Este descontentamento generaliza-se em todo o país no momento em que se sabe que a Família Real está a receber aconselhamento, por parte de Godoy, para se retirar para a América. No entanto, o povo é impelido para uma revolta pelo partido do Príncipe Fernando, um dado que trava a saída da Família Real

Após estes acontecimentos, Carlos IV abdica do trono, que fica a cargo de Fernando VII, seu descendente e o Príncipe da Paz, Manuel Godoy, que era um dos alvos da revolta popular, é aprisionado (César, 1904).

Esta revolta chega a Madrid e leva a que Murat avance para lá. Fernando VII e Carlos IV procuram auxílio por parte de Napoleão, no entanto a coroa é-lhes por ele retirada, sendo oferecida por Napoleão a José Bonaparte, seu irmão (César, 1904).

Depois do abuso de violência por parte de Murat para conter a revolta, várias revoltas surgem por todo o país, formando-se muitas juntas de resistência abrangendo todo o território, o que demonstra de forma clara a aversão revelada em relação aos franceses, por

¹⁰ Tratado celebrado pela França e pela Espanha que previa a divisão de Portugal por estes dois países. (Geraldo,2011)

parte dos espanhóis (César, 1904). Este comportamento por parte do povo espanhol vai fazer com que Napoleão ocupe a Espanha.

Tudo continua a correr de feição a Napoleão, vendo-se agora a controlar também a Espanha, com José Bonaparte¹¹ no trono. Em Portugal, todos estes acontecimentos no país vizinho vão ter repercussões. Como agravante há ainda o facto de que, ao contrário dos espanhóis, as nossas relações com a França não eram boas. Ainda assim, do nosso lado temos a Inglaterra, que tem uma esquadra a fazer um bloqueio a Lisboa, cidade onde se encontra Junot. (Chagas, 1927).

Ocorrem revoltas por Portugal inteiro, começando no Porto a 6 de junho, em Bragança no dia 11, e muitas terras pelo país fora se lhes seguiram, alastrando também para sul, sendo disso um modelo a cidade de Beja. Os portugueses não davam aos franceses um único minuto de descanso (César, 1904).

A 17 de junho, Loison, um general francês que com os seus militares estava estacionado em Almeida, abandona esta terra, sob ordem de Junot, para tentar controlar o norte de Portugal (César, 1904).

Apesar do efetivo muito baixo, Coimbra entra também neste clima de revolta e um conjunto de estudantes decide deslocar-se para a Figueira da Foz, sendo, durante o caminho, reforçado por uns quantos militares e mais uns quantos elementos voluntários do povo (César, 1904). Para este deslocamento, este grupo dividiu-se em dois, sendo que uns iriam seguir por uma das margens do Rio Mondego enquanto os outros seguiriam pela outra margem. Estes grupos voltar-se-iam a unir após passarem Montemor-o-Velho, a partir de onde seguiriam novamente juntos.

Este levantamento popular dá-se por todo o país, com inúmeras revoltas. Aproveitando esta inquietação do povo, a Inglaterra auxilia-nos com cerca de 9.000 militares, sob o comando de Artur Wellesley¹², que desembarcam perto da Figueira da Foz no dia 1 de Agosto (Medina, 1984). Após o desembarque, Bernardim Freire de Andrade, que comanda as tropas portuguesas, desloca-se para Montemor-o-Velho para se reunir com Wellesley, o que não corre assim tão bem, pois os planos dos dois não convergem, não conseguindo chegar a acordo de maneira alguma.

¹¹ Irmão de Napoleão, foi peça jogada por este para exercer domínio sobre a Espanha

¹² Sir Arthur Wellesley (1769-1862), duque de Wellington, foi primeiro-ministro britânico (Geraldo, 2011).

Ainda assim, mesmo não havendo acordo entre os dois, portugueses e ingleses, com Artur Wellesley á frente, opõem-se às forças de Delaborde que, após ser derrotado no dia 17 de agosto, na Roliça, se vê obrigado a retirar (Medina, 1984).

No dia 21 de agosto, apenas 4 dias depois, mais uma batalha, a Batalha do Vimeiro, onde, lutando bravamente, voltamos a sair vitoriosos, afastando as forças francesas. Esta saída vitoriosa por parte do Exército Anglo-luso é, nesta fase, de extrema importância, uma vez que serve para moralizar as tropas portuguesas após o grande desgaste que infligiram os combates (César, 1904).

No final da derrota que lhe foi aplicada, Junot deixa o campo de batalha para, no dia subsequente, reunir com os generais e principais comandantes: Delaborde, Loison, Kellerman, Thiébault, Taciél, o coronel de engenharia Vincent e o coordenador em chefe Troussel. Estes constituem um conselho de guerra, do qual sai a decisão de negociar o fim dos conflitos com Portugal e Inglaterra, para por fim poder abandonar o nosso país (César, 1904). Esta negociação ocorre e Wellesley, pelo lado inglês e Kellerman pela França chegam a acordo para pôr termo aos conflitos, sendo que, no dia 30 de agosto, Kellerman e o muito influente major britânico George Murray, fixam a Convenção de Sintra (César, 1904).

No total, a Convenção era composta por vinte e dois artigos, tendo sido assinada em 30 de agosto de 1808. Nesta negociação, conforme se pode ver no parágrafo anterior, não se vislumbra o nome de nenhum português. E não está errado. Nenhuma representação portuguesa houve, o que, naturalmente, deu origem a queixas por parte dos portugueses, mais em concreto pessoas tais como Bernardim Freire de Andrade, que esteve sempre nos campos de batalha junto dos ingleses (César, 1904).

Contra a Convenção, Bernardim Freire de Andrade afirma que o “tratado é falto da contemplação que é devida a Sua Alteza Real o Príncipe, e Governo que o representa; porque pode ser injurioso à autoridade do soberano, e independência deste Governo”, (Chagas, 1927, p.559) o que demonstra a ideia de que este tratado estaria a pôr em dúvida a soberania de Portugal. Com os termos constantes no acordo, os franceses abandonaram o nosso país e com eles levaram tudo o que por cá tinham pilhado, no que se incluía muitos objetos de elevadíssimo valor.

Reparamos até aqui que os acordos feitos por estrangeiros em território nosso não têm um mínimo apreço pelos nossos interesses os do nosso país. No entanto, o mais importante nesta altura havia sido conseguido, com a expulsão dos franceses, embora com essas condicionantes (César, 1904).

Com a exclusão dos franceses, a governação do país é assumida pela Junta do Porto, que, no entanto, passa a estar sedeadada em Lisboa, sendo arredados os elementos que tinham recentemente coadjuvado os primeiros, tais como o Principal Castro, Pedro de Melo Breyner e o Conde de Sampaio (César, 1904). Como já dá para começar a ver, terá decerto sido, primeiramente em Portugal e posteriormente na Espanha, que o domínio de Napoleão se começou a eclipsar.

Apesar disto, ainda não era agora que esta ideia se confirmava completamente certa. França tinha tomado a decisão de retirar mas não tinha de todo desistido, pois não tardaria muito a fazer novamente sentir a sua presença, pois rapidamente houve nova invasão, e é isso que irá seguidamente ser explanado.

3.1.3 – 2ª Invasão Francesa

A Convenção anteriormente referida deu muito que falar conforme se repara. Não se pode dizer que tenha sido completamente desvantajosa para Portugal, uma vez que ditou a retirada dos franceses, mas ainda assim houve desagrado, principalmente pelo facto de que nós, o país que estava no centro desta discussão e das decisões, não termos participado neste processo negocial, que a ninguém mais do que a nós dizia respeito. E a cara do descontentamento foi Bernardim Freire de Andrade.

Do Brasil, D. João VI, que era ainda nesta altura o regente, apresentou a sua insatisfação à Inglaterra, mostrando a ideia de que a Convenção de Sintra terá sido completamente desfavorável às intenções portuguesas, uma vez que muitos pertences de inimaginável valor nos foram retirados (Chagas, 1927).

As constantes e fortes mostras de descontentamento levaram mesmo o governo inglês a chamar Wellesley, Dalrymple e Burrard, de modo a que os Generais ingleses se pudessem defender daquilo a que eram acusados. Durante este período ficava no comando das tropas em Portugal o General John Moore (Chagas, 1927).

Se por cá, os franceses tinham retirado, em Espanha a história não era a mesma, embora continuasse a haver revoltas por todo o seu território.

Vendo o desenrolar dos acontecimentos, denota-se que a urgência em voltar a organizar Portugal a nível militar, isto porque as nossas forças foram, em grande parte, destruídas e Junot tinha imposto a alguns dos nossos militares a integração na legião

francesa. A organização do Exército foi logo a primeira ação a ser posta em prática pelo governo assim que a Regência foi reposta.

Depois da 1ª Invasão, Portugal tinha escassez de material e de recursos financeiros. Ficámos sem armamento e equipamento, e também não tínhamos capacidades para os adquirir. Sendo necessário obter dinheiro para os adquirir, surge então um apelo aos portugueses para que estes contribuam (Nunes, 2003).

Notando que seria urgentíssimo proceder-se a uma reestruturação do Exército, o governo português vai pedir aos ingleses um general para gerir esta situação. Para a posição é selecionado Beresford, um general muito respeitado, sendo de imediato também pedidos reforços em termos de efetivo. Como tantas outras vezes, Inglaterra volta para apoiar e combater pelos portugueses. O apoio por parte dos ingleses a Portugal estava previsto por parte da França no Tratado de Fontainebleau, onde tinha ficado definido que, caso nos fossem enviados reforços por parte dos ingleses, os franceses tinham á sua disposição um Exército com 40.000 homens para avançar contra Portugal e assim continuar a perseguir as suas intenções (Gil, 1908).

Apesar de tudo, houve a necessidade de reunir mais recursos humanos, chegando aos 200.000 militares (Chagas, 1927). Na Espanha já se lutava também contra os franceses, tendo terminado as boas relações que durante algum tempo estes países tinham mantido, isto após Napoleão ter colocado o seu irmão no trono espanhol. Já podíamos então contar com ajuda da parte espanhola, o que fragilizou sobremaneira a situação dos militares franceses que se encontravam no nosso país vizinho (Peres, 1981).

Os 40.000 militares franceses em território espanhol, que constavam do Tratado de Fontainebleau, não chegavam já para as solicitações e, por isso, para controlar os focos de revolta que despontavam por toda a Espanha, Napoleão concentra neste país mais de 200.000 homens, sendo que o próprio Napoleão os comandava, depois da revolta da Catalunha (Peres, 1981). O facto de Napoleão estar pessoalmente em Espanha a comandar as operações, demonstra a grande importância que ele dava á situação na Península Ibérica.

Em dezembro de 1808, Napoleão vai então entrar em Espanha, sendo que, no dia 4 desse mês, encontra-se já na cidade de Madrid. Neste período, os franceses vão controlando as operações e vão consecutivamente angariando vitórias (Chagas, 1927). No norte, perto dos Montes Cantábricos, combatia o Exército de Ney e Sout (César, 1904).

Os exércitos anglo-luso e francês, que estavam sob o comando de Moore e Soult¹³, respetivamente, vão-se encontrar. Após sugestão de Napoleão, as forças comandadas por Soult fingem uma retirada e Moore, ao efetuar a perseguição, é surpreendido á retaguarda pelas tropas de Ney. O plano do franceses concretizava-se e a Moore só sobrava a hipótese de embarcar, para tentar impedir que os seus homens fossem massacrados pelos de Soult (Peres, 1981). O Exército inglês desloca-se desta forma para a Corunha, onde à espera estava uma esquadra. Na tentativa de proteger a retirada, o general inglês por não sobreviver, tendo-lhe sido roubada a vida em Janeiro de 1809 (Peres, 1981).

Os franceses ficam neste altura a controlar a região da Galiza, ficando a fronteira norte de Portugal á sua disposição. França prepara-se para ter igualmente o domínio da Estremadura Espanhola, a Andaluzia e, como é óbvio, Portugal. Seguidamente vai então ocorrer a 2ª Invasão Francesa.¹⁴

Soult, segundo a ordem dada por Napoleão, invade Portugal pelo norte e, chegando á fronteira entre a Galiza e Portugal, segue para Chaves, local onde estava o General Silveira. Com os franceses a avançar e vendo a pouca hipótese de sucesso que teria uma eventual tentativa de defesa, Silveira resolve abandonar o local, que é imediatamente ocupado pelo Exército francês (Chagas, 1927). Depois de Chaves, Soult continua o deslocamento, indo em direção a Braga, cidade que foi conquistada com relativa facilidade e da qual seguiu para o Porto, onde acaba por chegar no dia 25 de março de 1809.

Com a chegada dos franceses a população entra em alvoroço e inicia o mais rapidamente possível a sua fuga. Esta acabou no entanto por ser para muitos uma corrida para a morte, uma vez que com o elevado número de pessoas que tentava fugir, a ponte que ligava as duas margens do rio Douro ruiu. Este ficou conhecido como o “Desastre da Ponte das Barcas” (Chagas, 1927).

Enquanto Soult avançava pelo norte, Beresford, por solicitação do Príncipe Regente, regressa a Portugal no início do mês de março para, mais uma vez, comandar as forças portuguesas, desta vez com o título de Marechal do Exército (Gil, 1908).

Desta feita porém, Beresford teve bastantes dificuldades, tanto no aspeto profissional como no aspeto técnico em si.

É na sequência das dificuldades reveladas por Beresford que, no dia 21 de abril, para o substituir como comandante das forças anglo-lusas, dá entrada em Portugal Artur

¹³ General francês que comandou a 2ª Invasão Francesa.

¹⁴ Ver Anexo A – Mapa das Invasões Francesas

Wellesley, que as mantém ativas, numa altura em que as comunicações dos franceses com a Galiza, onde estava o Exército do General Ney, são interrompidas (Gil, 1908). O General Silveira fica nesta altura em Amarante, enquanto o exército anglo-luso vigia a fronteira das Beiras (Peres, 1981).

Seguindo as indicações que tinham sido dadas por Napoleão antes de este ter regressado a Paris, Soult espera no Porto por Vitor, que está no sul, perto do rio Guadiana. Este aguarda junto á fronteira para que Soult marche sobre Lisboa, mas vendo as suas comunicações com a Galiza cortadas, Soult diz a Loison e Delaborde que se desloquem para Amarante. Lá encontrava-se, como foi referido anteriormente, o General Silveira, que de maneira quase impensável defende a ponte de Amarante por 15 longos dias, o que demonstra o seu elevadíssimo valor como militar e a sua enorme capacidade de liderança (Gil, 1908).

O General inglês Artur Wellesley, que tinha recentemente chegado a Lisboa, assumindo o comando do exército anglo-luso, manda de imediato manter sob observação as tropas de Vitor, no Guadiana, seguindo ele mesmo para o Porto e Beresford para Amarante.

No dia 12 de maio, já Wellesley estava em Gaia, Soult retira-se do Porto, (Peres,1981) deslocando-se na direção de Amarante, onde nesta altura já estava Beresford (Gil, 1908).

O exército anglo-luso encontra-se já igualmente a ocupar as cidades de Braga e Chaves, preparando um ataque envolvente às forças comandadas por Soult, que fogem o mais rápido que conseguem (Gil, 1908). Durante a retirada, devido ás grandes dificuldades e constrangimentos que o terreno lhes coloca durante a progressão, o general francês decide destruir todo o material e equipamento que lhe possa atrasar o deslocamento (Gil,1908). Na segunda vez que vem a Portugal, as intenções de Napoleão Bonaparte voltam a não ser concretizadas, tal como já tinha acontecido cerca de um ano antes.

Esta retirada atribulada de Soult pôs um ponto final à 2ª Invasão Francesa, que teve uma duração de aproximadamente quatro meses. Ainda assim, sabendo que os franceses estavam numa condição lastimável, o comandante do exército anglo-luso manda efetuar uma perseguição, que no entanto abandona na Galiza, voltando para sul e ficando em Abrantes (Gil,1908).

Em Abrantes, Wellington planeia um ataque às forças francesas, mesmo no meio de Espanha, tendo para isto a colaboração de Cuesta, do lado espanhol (Peres, 1981). Juntos, deslocam-se ao longo do rio Tejo, fixando-se em Talavera (Gil, 1908).

Esta ação revestiu-se de enorme significância, sendo que foi ali, a 29 de julho de 1809, na Batalha de Talavera, que o general Artur Wellesley, após uma saída vitoriosa, é constituído Duque de Wellington.

Apesar da vitória, o exército aliado estava esgotado, fator que levou Wellington a deixar Espanha (Gil, 1908). Mantém-se no entanto a vigiar a sul do Tejo, deslocando-se depois para a fronteira no Guadiana, aquartelando em Elvas, Campo Maior, Badajoz e Mérida (Peres, 1981).

Terminava a 2ª Invasão Francesa, mas não era esta a última investida. Na região de Almeida estava Beresford, que a 5 de agosto se desloca para Cidade Rodrigo, comandando um Exército com 15.000 homens (Nunes, 2003).

3.1.4 – 3ª Invasão Francesa

Após tomar conhecimento do fracasso de Soult, Napoleão Bonaparte manda preparar três exércitos com o objetivo único de conquistar Portugal, uma vez que na sua perspetiva, era essencial combater os ingleses e obrigá-los a sair da Península Ibérica (Nunes,2003).

A 3ª Invasão a Portugal¹⁵ estava muito perto de acontecer. Para esta campanha preparou-se um Exército com 86.000 militares, do qual faziam parte os 2º, 6º e 8º corpos e ainda uma reserva de cavalaria (Nunes,2003).

Substituindo o General Vitor, o 2º exército vai ser comandado por Reynier, sendo que o 6º Exército vai ser comandado por Ney e o 8º, que chegará da Áustria, irá ser comandado por Junot (Peres,1981).

Nesta fase, Portugal já não estava tão desamparado como no princípio. Os espanhóis tinham preparado um Exército, com a intenção de reconquistar Madrid, onde José Bonaparte, irmão de Napoleão, governava o seu reino. Sabendo disto, Wellington recomenda os espanhóis a concentrar-se mais em operações defensivas ao invés de se precipitarem para o ataque.

Todavia, o General espanhol Areizaga não escuta os avisos de Wellesley, encaminha-se para Madrid e, embora os franceses não contassem com um ataque, conseguem suster as

¹⁵ Ver Anexo A – Mapa das Invasões Francesas

tropas espanholas até que, em novembro de 1809, ocorre a Batalha de Ocana, que resulta numa árdua derrota para os espanhóis (Gil,1908).

Tomando conhecimento da derrota do exército de Areizaga, Wellington apercebe-se que estará próxima uma nova ofensiva sobre Portugal. No fim do ano de 1809 adivinhava-se com muita apreensão uma nova invasão (Gil,1908).

Em Espanha, José Bonaparte não controlava até então a totalidade das províncias do sul e procurava submeter a Andaluzia, que devido à sua riqueza, era uma província com enorme importância. O Exército de José Bonaparte marcha em direção à Andaluzia, passando a Serra Morena, refugiando-se a Junta de Sevilha em Cádiz (Gil,1908).

Napoleão vai preparando a 3ª Invasão, com o objetivo de resolver de vez a situação que se estava a arrastar há já algum tempo, mas como já foi dito, Wellington, embora não sabendo os planos de Napoleão, adivinha esta nova invasão, e por isso encontra-se já mais preparado, de modo a não ser apanhado de surpresa.

Vê-se assim um empenhamento cada vez maior por parte dos franceses, uma vez que, como já vimos, a 1ª Invasão é levada a cabo apenas pelo Exército de Junot, ao passo que na 2ª já se empenharam dois Exércitos, o de Soult e o de Vítor, tendo entrado o primeiro pelo norte e o segundo pelo sul. Para a 3ª Invasão volta a aumentar o efetivo francês, que, como foi dito, se constituía com 3 Exércitos.

Comandando todo o efetivo francês está Massena¹⁶, Duque de Rivoli e Príncipe de Esseling, (Nunes,2003) do qual se esperava, pelo grande prestígio que lhe era atribuído, nada menos que a vitória. Massena era para Napoleão “um dos mais notáveis cabos de guerra franceses” (Peres,1981,p.343).

Ao mesmo tempo que se davam as Invasões aqui em Portugal, os franceses estavam também presentes na Rússia, e com o agravar da situação neste país, Napoleão, apesar de ter planeado a ofensiva ao nosso país, não a comandou pessoalmente, tendo entendido manter-se por Paris (Nunes,2003).

A nomeação de Massena como comandante das tropas francesas dá-se principalmente devido á falta de confiança de Napoleão em Soult e Junot, que antes já lhe haviam falhado, e é publicada em abril de 1810 (Peres,1981).

Em 29 de abril de 1810, Massena parte então de Paris, chegando á Península durante o mês de maio. Ele queria, finalmente, resolver a situação francesa em Portugal e com esta

¹⁶ General francês que comandou a 3ª Invasão Francesa.

ideia em mente, ia já assistindo ao desenrolar de determinadas operações que já se vão desenvolvendo.

No dia 10 de julho de 1810, rende-se Cidade Rodrigo, sob o olhar atento de Massena, iniciando-se aí a invasão ao nosso país (Gil,1908). Para esta invasão, Napoleão tinha dois objetivos: conquistar Portugal e expulsar da península os ingleses.

Nesta invasão, os Exércitos franceses encaminhavam-se para Portugal, sendo que dois iriam entrar pela Beira Interior, por Almeida, ao passo que o terceiro iria entrar mais a sul, nas proximidades do rio Tejo (César,1904).

A praça de Almeida é a primeira que tem de ser ultrapassada pelos franceses, após os seus 6º e 8º exércitos terem passado a fronteira (César,1904).

O tempo que demoram na preparação para conquistar aquela praça, o tempo de cerco e o tempo demorado após a terem tomado vai ser fulcral para as aspirações portuguesas.

Assim, entre o final de julho e meios de setembro, os Exércitos franceses encontravam-se imobilizados em Almeida e, quando esta cai, pode dizer-se que os portugueses já haviam feito tanto ou mais do que aquilo que lhes era pedido.

Este tempo perdido pelas tropas francesas no cerco a Almeida vai revelar-se muito favorável às nossas ambições, pois durante este período, as Linhas de Torres Vedras vão sendo construídas, facto que se constitui de enorme importância para Portugal (Gil,1908). Posteriormente, dir-se-á mais acerca desta barreira, último reduto dos portugueses.

Com o objetivo de afastar os ingleses, umas semanas após a conquista de Almeida, os franceses avançam para Lisboa.

Vendo que do lado português não se colocavam grandes dificuldades ao avanço dos franceses, estes pensavam que a vitória desta vez não lhes iria escapar. A postura defensiva de Wellington em relação aos ataques que iam surgindo, fazia incrementar a confiança dos franceses numa vitória final. Até ao Buçaco, estes iam avançando sem grande oposição. No entanto, chegando a este ponto, os exércitos franceses dão de caras com uma encosta bastante íngreme, cuja dificuldade em transpor seria muita, todavia obrigatória de ultrapassar se queriam chegar a Lisboa. Apesar de alguma discórdia por parte dos seus subordinados, Massena decide-se por atacar o exército anglo-luso que os espera ao cimo da encosta. A ordem de operações é dada no dia 26 de setembro, sendo que no dia seguinte se iniciava o ataque (Nunes,2003). O Exército anglo-luso consegue afastar os franceses infligindo-lhe um elevado número de baixas, cerca de 4500, enquanto no exército aliado houve cerca de 1200 baixas, mais ou menos repartido entre os Exércitos, inglês e português (Nunes,2003).

Apesar da derrota, os franceses, avançando por Coimbra, continuam em direção a Lisboa.

Ainda assim, chegando, em outubro de 1810, às Linhas de Torres Vedras, embora estas não estivessem ainda concluídas, Massena não as consegue transpor e deste modo, não consegue chegar a Lisboa (Peres,1981).

Como referido no parágrafo anterior, quando os franceses chegam às Linhas de Torres Vedras, estas não estavam ainda concluídas. No entanto, já estão em funcionamento 126 fortificações, nas quais se encontravam 427 bocas de fogo. Os franceses esbarram com um obstáculo que é intransponível e desta vez também impossível de flanquear, uma vez que de um lado estava o rio Tejo e do outro o Oceano Atlântico. As Linhas só viriam a estar concluídas em 1812.

Vendo a posição de fragilidade em que estavam os seus homens, Massena, faz um apelo por auxílio a Napoleão, mandando este que Soult se junte aos Exércitos de Massena (Peres,1981). Mas nesta altura já nada havia a fazer e com falta de apoios, em março de 1811, as tropas francesas retiram-se (Peres,1981). Nesta fase, Wellington ordena ao Exército anglo-luso que os persiga. Os franceses desistem de atacar Coimbra quando se apercebem da proximidade dos ingleses (Peres,1981).

Napoleão, ao fim da terceira derrota, vê a sua causa completamente perdida.

Capítulo 4

Noções de Guerra

4.1 Carl von Clausewitz

Para iniciar este capítulo, começa-se por apresentar um pouco do que foi a vida de Clausewitz e a sua obra (Figura 1).



Figura 1 - Carl von Clausewitz

Fonte: (Pérez, 2007)

Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz, o seu nome completo, nasce em 1780 em Burg, Prússia. Ele foi escritor e soldado prussiano, tendo servido na campanha do Reno de 1793 a

1794. Em 1801 entrou para a Academia de Berlim, onde estudou Kant. Foi lá que atraiu a atenção de Scharnhorst, que mais tarde ajudou a fazer a reforma do Exército prussiano.

Durante a campanha de Iena foi capturado e, durante um certo período, serviu com os Russos, tendo desempenhado um papel importante nas campanhas de Moscovo de 1812 e 1813. Ao reintegrar-se no serviço militar prussiano, tornou-se chefe do Estado-Maior do corpo militar de Thielmann's em Ligny (Clausewitz,1976).

Entre 1818 e 1830 foi diretor da Academia Militar de Berlim. Era mais um filósofo do que um soldado e a sua fama vai perdurar, após em 1832 a sua mulher ter publicado, a título póstumo, o livro *Da Guerra*.

Clausewitz morreu em 1831, vítima de cólera, que contraiu quando integrava as forças prussianas.

4.2 A Guerra para Clausewitz

Para avançarmos com o desenvolvimento da Guerra Absoluta e podermos dizer o que esta significava para Clausewitz ou para outros pensadores, temos em primeira instância dizer o que é a Guerra. Para Clausewitz (1976,p.73), a Guerra não é mais então do que “um acto de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade”.

Em relação à Guerra, Clausewitz (1976,p.87) diz ainda que esta “não é somente um acto político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios”.

Uma vez demonstrado o verdadeiro significado da Guerra para Clausewitz, vemos que este faz uma grande associação entre a Guerra e a Política, no entanto, este não se fica só por aqui.

O General Prussiano, como escreve o Coronel Mendes Dias, “reconhece o carácter camaleónico do fenómeno, na medida em que a sua natureza diverge de caso para caso; adverte, no entanto, para a existência de três características fundamentais, que dão corpo à conhecida concepção trinitária da guerra e que se constituem como elementos limitativos ou ‘fronteiriços’ de qualquer teoria sobre o fenómeno: o ódio e a hostilidade, o jogo das probabilidades e acaso e a sua subordinação à política, pois dela é instrumento” (2010, p.239).

Como se consegue inferir neste excerto, Dias (2010) faz referência á concepção trinitária da guerra de Clausewitz, um dos conceitos mais notórios deste último.

Ora, em que assenta este conceito da concepção trinitária da guerra? Para Clausewitz, a Guerra assentava em três especificidades diferentes, mas que interagindo entre si, poderiam definir o desenrolar do fenómeno que estamos a estudar. Nos vértices deste triângulo encontravam-se então o povo, a política e os chefes militares. Optou-se aqui por referir primeiramente o povo, pois será ele o centro deste trabalho, e será das ações deste que se vai deduzir a importância que terá tido.

Com base nas ideias de Clausewitz, Dias (2010) aborda então cada um destes três vértices, tecendo algumas considerações sobre as características que cada um deles representa para o Estado de Guerra.

Começando pelo povo, é sobretudo a este que diz respeito o ódio e a hostilidade já anteriormente mencionados, e nele “se torna necessário inflamar as paixões da alma, a irracionalidade, pois é ele que combate; é nele que se plasma o parâmetro da violência tipificador do fenómeno” (Dias, 2010, p.239) da Guerra. Observamos deste modo que o povo pode ser, com a agressividade que demonstra qualquer ser que se sinta ameaçado, muito importante no desenrolar de uma Guerra.

Quanto ao jogo das probabilidades e acaso, esta “é relativa aos chefes militares, ao General e ao seu Exército, que no contexto das ‘paradas e respostas’ e na lógica de manterem ou obterem uma situação favorável ou cumprirem com os objectivos, não podem fugir ao domínio dos cálculos e das probabilidades relativas, por um lado, deverão possuir a arte de contornar o inesperado, o não planeado.” (Dias,2010,pp.239-240) É aos chefes militares que é pedida então a capacidade de saber planear e decidir, para fazer face aos obstáculos que se lhe vão deparando.

Por último, há a subordinação á política, “onde está presente a lógica da racionalidade do cumprimento de objectivos políticos, da primazia e comando da política sobre a fenomenologia violenta em causa, que faz dela mais um instrumento a usar, diz respeito ao Estado, ao Governo, entidades políticas e sociais que se digladiam, e que definem os seus próprios objectivos” (Dias,2010,p.240). A política constitui-se então como o último vértice da “trindade” de Clausewitz.

Estes três vértices eram, ainda assim, apenas os extremos que delimitavam a área onde se integrava o fenómeno da Guerra (Figura 2). Significando que das várias definições de Guerra apresentadas ao longo da sua obra, todas elas se inscrevem neste triângulo,

podendo, conforme cada definição, aproximar-se de um dos vértices, mas nunca o extravasando.

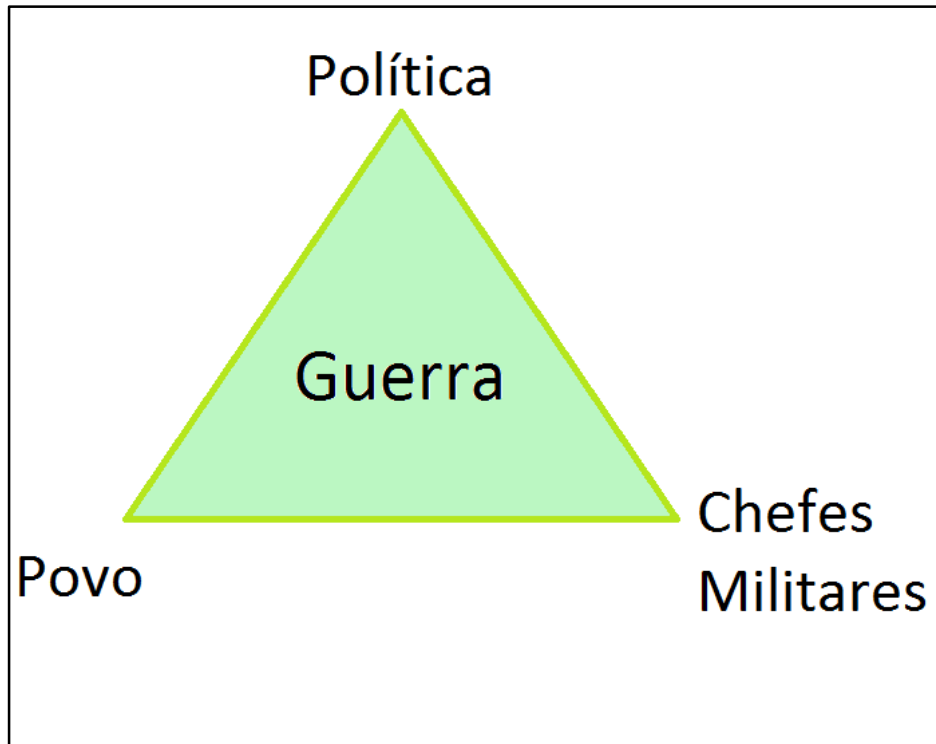


Figura 2 - Conceção trinitária da Guerra de Clausewitz.

Fonte: Elaboração Própria.

Como diz Dias (2010,p.241), “é sobre as condições de utilização da violência, que é concebida a noção da ‘ascensão aos extremos’, pois numa lógica de escalada de uso de meios, de crescente aumento da espiral de violência, num quadro de acção/reacção e fugindo da desvantagem, a possibilidade de uma guerra absoluta e de elevadíssimos níveis de destruição era, em teses, passando o pleonismo, possível; ..., a propósito da terceira interacção ou extremo”. Mais á frente irei referir mais especificamente sobre esta escalada e a respetiva ascensão aos extremos.

Clausewitz (1976) é até da opinião que em alguns casos, é a intervenção do povo nos assuntos de natureza política, a principal causa da situação criada. Daqui retiramos a importância que o povo pode ter na Guerra ou, pelo menos, em determinados aspetos deste

fenómeno. Percebemos também, que a guerra absoluta ocorre quando se dá o envolvimento da sociedade na Guerra.

A intervenção do povo nestes assuntos é no entanto provocada pela ação e influência que o poder político exerce sobre ele (Dias, 2010). Há por parte da política um controlo do povo, seja honesto ou não, de modo a que os objetivos desta sejam servidos. Digo honesto ou não, pois esta influência é umas vezes exercida com base na verdade e noutras na ilusão, tal como a propaganda que era feita durante as duas Grandes Guerras.

Este máximo empenhamento das nações é visível nas palavras de Honig (2011, p.33), ao referir que “*Absolute war will escalate without pause for the simple reason that in order to prevail each combatant must come to war with the firm intent of applying maximum destructive force to their opponent*”. Isto ajuda-nos a perceber o que era para Clausewitz a guerra absoluta.

Esta aproximação de conceitos está, no entanto, errada e para demonstrar a diferença, Honig (2011) afirma que na guerra absoluta se procura a batalha decisiva, enquanto na guerra total se procura o genocídio.

A guerra absoluta e a guerra real são dois conceitos também muitas vezes associados, não por terem o mesmo significado, mas precisamente para diferenciar. Analisando as ideias do General Prussiano, Raymond Aron (2002, pp.71-72), diz que a “subordinação da guerra à política, como a de um instrumento a um fim, implícita na fórmula de Clausewitz, fundamenta e justifica a distinção entre a guerra absoluta e as guerras reais. A escalada aos extremos, a aproximação das guerras reais ao modelo da guerra absoluta torna-se mais provável à medida que a violência escapa à direção do chefe do Estado.” Para Aron a guerra absoluta é então uma evolução de uma guerra real.

Completando esta ideia da importância da política, Raymond Aron (2002) refere que embora esta pareça desvanecer quando a destruição do inimigo se torna o único objetivo, domina sempre o fenómeno da guerra. Isto leva-nos a pensar que, embora o povo e os chefes militares façam parte da conceção trinitária da guerra de Clausewitz, é a política que exerce controlo sobre os dois primeiros, para a prossecução dos seus objetivos (Figura 3).

A Dialética entre a «**guerra absoluta**» (ex: Guerras Napoleónicas e a conceção churchilliana da II GM – rendição sem condições, que vingou até à derrota total da Alemanha, da intenção conceptual da estratégia de dissuasão total, da guerra nuclear contra cidades, guerra nuclear ilimitada) e a «**guerra real**» (ex: guerra na altura de Frederico II) – uma guerra bem enquadrada por regras de jogo e condições precisas, aquela que tem flagelado ultimamente algumas áreas geográficas do planeta (Couto 1988).

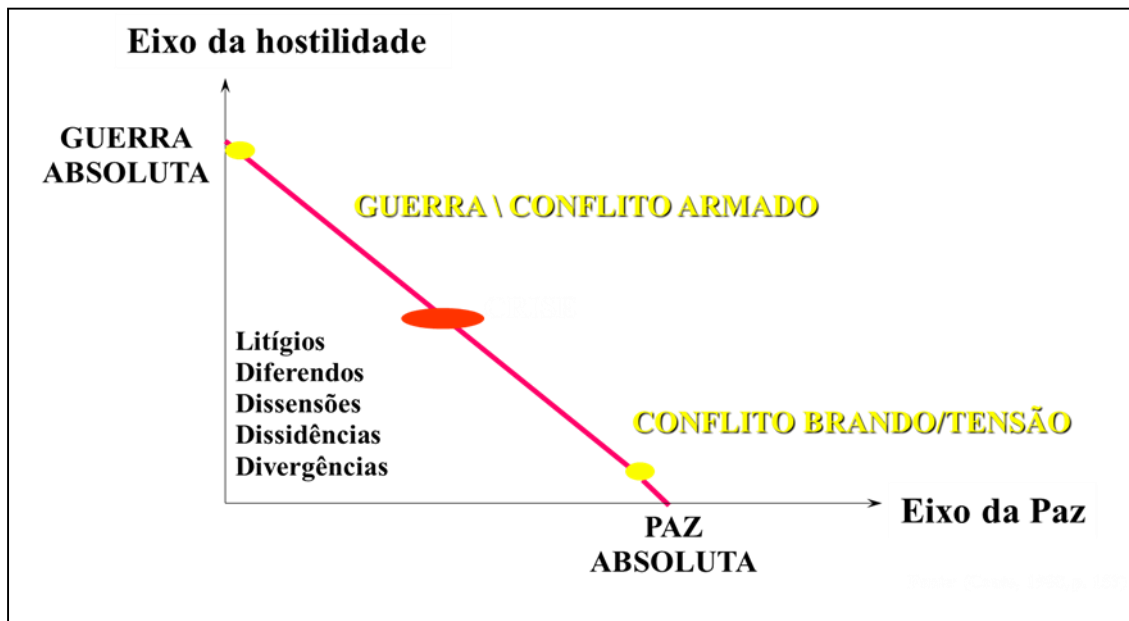


Figura 3 - Espectro do Conflito.

Fonte: (Couto, 1988, p. 153).

Como acima foi referido, vamos agora abordar a escalada do uso de meios, e para isso vamos socorrer-nos do espectro da Guerra do General Abel Cabral Couto (Figura 4).

No espectro da Guerra, as guerras podem ser classificadas como internacionais ou internas. Dentro desta tipologia, podem considerar-se algumas outras formas que este fenómeno pode assumir. Para Kalevi Holsti, a Guerra será classificada de acordo com os seguintes critérios: 1º- O propósito da Guerra; 2º O papel dos civis durante a Guerra; 3º As instituições da Guerra. (Proença, 2003)

Isto parece estar de acordo com a classificação do General Abel Cabral Couto. Para este autor (Couto,1988) as guerras internacionais dividem-se em Guerra Fria e Guerra Quente, sendo que esta ultima se subdivide ainda em Guerra Clássica e Guerra Nuclear. Repartida entre a Guerra Fria e a Guerra Quente, há ainda a Crise Internacional, que partindo do primeiro tipo de Guerra, pode degenerar para o segundo.

Capítulo 5

O Povo nas Invasões

5.1 Importância do povo na 1ª Invasão Francesa

Durante a 1ª Invasão Francesa como já foi referido no Capítulo três, uns dos factos mais importantes foi a saída da corte para o Brasil. Conforme há diferentes perspectivas em relação a este acontecimento, também o povo teve reações variáveis. Podemos observar nas palavras de Teixeira Botelho (1915, p.66), que diz que “O povo chegou-se a ele, beijando-o e suplicando-lhe que não partisse, que o não abandonasse, que não deixasse a sua pátria. Alguns protestos de indignação saíram também da turba.” Vê-se então uma divergência de opiniões dentro do povo, no entanto, o mais importante nisto seria efetivamente os populares que começavam a mostrar sinais de indignação.

Este descontentamento por parte de alguns em relação á retirada do Regente era um facto. Mas os portugueses, mais do que com isto, estavam grandemente indignados com o domínio que os franceses tinham no nosso país. Teixeira Botelho (1915, p.100) diz que “Enquanto isto se passava em Lisboa, a revolução contra o domínio francês rebentara impetuosa no norte do país.”

O levantamento popular no nosso país começou mesmo pelo norte. Começando de Trás-os-Montes, esta onda avançou para o Porto. “Dali dirigiu-se a multidão para o sítio da Ribeira, à margem do Douro, juntando-se-lhe pelo caminho muito povo, oficiais e antigos soldados, todos sugestionados pelo arrebatamento da turba que passava, ébria de patriotismo” (Botelho, 1915, p.102). Aqui se vê a movimentação da revolta para o Porto. A população estava finalmente a começar a dar sinais óbvios do seu descontentamento em relação á presença francesa.

Dia a dia o levantamento popular caminhava para sul, começando a fazer parte deste levantamento cidades como Aveiro, Viseu, Castelo Branco e Coimbra. A vontade do povo aqui começava a ser determinante, visto que o povo abraçou logo o movimento, apoderou-se de algumas armas dos regimentos portugueses que tinham sido dissolvidos, e com elas, armou-se (Geraldo, 2011).

Devido á presença militar francesa em Lisboa, nesta cidade não houve sinais de contestação, o que, ainda assim, não impediu que mais a sul, no Algarve e no Alentejo, o povo se erguesse.

O descontentamento manifestado estendia-se já a todo o território, exceto a zona de Lisboa. As pessoas revoltavam-se “contra um jugo que se tornava abominável pelas violências de que lançara mão para se manter, pela rapacidade que demonstravam os seus agentes, pelos desacatos de toda a espécie que o país presenciou dolorosamente” (Botelho, 1915, p.114). Observamos aqui que o sentimento de ódio que Clausewitz falava, como já vimos anteriormente, se começava a espalhar pelo povo português.

Esta era uma altura em que, com o evoluir da insurgência dos portugueses, a situação dos franceses tornava-se mais complicada. Junot, mantinha Lisboa e apenas mais dois ou três locais que considerava importantes. Num deslocamento que este efetuou até Torres Vedras, em apoio a Delaborde, Junot, no caminho de regresso, acaba por se ver frente-a-frente com as forças de Wellesley. A situação dos franceses, que já estava bastante fragilizada, piora.

Com o desenrolar dos acontecimentos, “Junot desesperou crescentemente e (...) Confessou então ao Imperador que o momento era difícil q que estava ‘fraco em Lisboa’, onde já era palpável ‘uma modificação no povo’ (...)” (Sardica, 2011, p.226).

A partir daqui apenas restava a Junot a rendição e, por isso, assinou a Convenção de Sintra em 30 de agosto de 1808, onde eram acertados os termos da rendição e os pormenores da retirada (Sardica, 2011).

5.2 Importância do povo na 2ª Invasão Francesa

A fim de compreender corretamente as questões e as implicações da invasão e ocupação militar, também precisamos de considerar as origens sociais da oposição popular aos franceses, bem como as opções políticas e estratégicas, quer em Portugal, quer em Espanha, uma vez que estes levantamentos populares contra os franceses não se fizeram apenas no nosso país.

Estas origens sociais foram claramente ligadas à posse de terrenos, a relações de propriedade e a relações sociais de produção, tanto quanto a fatores políticos e ideológicos (Gray, 2011). Com o ódio a crescer cada vez mais dentro dos portugueses, devido às ações

francesas já referidas, a sobrelevação do povo ia aumentando. Clausewitz, conforme observado no capítulo anterior, previa esta escalada de violência até à ascensão aos extremos – guerra absoluta. Isto iria levar o povo para a guerra.

O catalisador para a mobilização popular e implantação não era a ocupação francesa da Península Ibérica por si só, mas principalmente as extorsões, represálias e retribuições dos franceses contra qualquer oposição (Esdaile, 2005). Este era um dos fatores que iria contribuir para a escalada de violência falada acima.

Embora tenha havido alguns grandes proprietários, os agricultores portugueses podiam trabalhar as terras que eram em grande parte propriedade da nobreza e do clero. O mesmo sucedia com os seus pares espanhóis. As principais formas de atividade agrícola, bem como as relações sociais de produção, foram baseados na criação de parcelas de terreno e pelo menos um sentido limitado de propriedade e controle da terra funcionou. Também foi argumentado que o crescimento populacional nestas províncias do Minho e Trás-os-Montes, bem como em Espanha na Galiza, foi sustentado pela introdução de novas culturas, rotação de culturas e métodos de cultivo mais intensivo, mas também por se ter trazido terras marginais para o cultivo. A população rural de Montaña, Galiza e Astúrias, em Espanha, e de Trás-os-Montes, Minho e Beiras no norte de Portugal, foram usadas para combates, física e metaforicamente, pela sua terra, as suas capacidades produtivas e os seus resultados. Como produto, eles desenvolveram relações específicas com os representantes locais do Estado, civis, juristas e militares, a nobreza e o clero.

Além disso, havia colaboração além-fronteiras, entre portugueses e espanhóis e entre as respetivas juntas, havia operações militares “conjuntas”, mas havia também claramente formas espontâneas de cooperação e assistência entre as forças irregulares dos dois países, que disputam a ocupação e pacificação dos territórios espanhóis e portugueses através da irradiação francesa. Grande parte dessa feroz oposição resultou, sem dúvida, da abordagem francesa à guerra, a ocupação de praças tanto do lado espanhol como do lado português, a apreensão forçada de bens e produtos alimentares e o seu tratamento repressivo perante as populações locais (Gray, 2011).

No outono de 1808, com os franceses expulsos e o conselho de regência reinstalado, não havia necessidade aparente para a continuação das juntas. Pode-se argumentar que, enquanto elas tinham servido um propósito importante durante todo o verão daquele ano, a precária sustentação que as elites sociais, políticas e judiciais, como membros "eleitos" dessas juntas, tiveram sobre a massa populacional e a sua dependência na férvida fobia aos franceses apresentada pelo grande grupo de voluntários que se reuniram para a restauração

do príncipe regente, fazia da possibilidade de mais insurreição armada um problema não só para os franceses, mas também para a classe dominante portuguesa e para o Estado.

Mas as exigências do tempo eram muitas e prementes e, conseqüentemente, proclamou-se uma "chamada às armas" para o povo do Porto e as suas províncias vizinhas. No entanto, os mesmos problemas que surgiram no ano anterior persistiram. Embora tenha havido uma grande quantidade de fervor patriótico exteriorizado, os mesmos níveis de indisciplina e distúrbios violentos também vieram à tona, com denúncias de qualquer pessoa suspeita de simpatizar com a causa francesa; os alvos destas denúncias, conhecidos como jacobinos, ou *maçons*, em vez de afrancesados, como eles eram também frequentemente chamados em Espanha (Gray, 2011).

Não só no Porto, mas em muitos dos principais assentamentos no norte de Portugal, a confusão e desordem pública eram lugar-comum, e as autoridades lutavam para restaurar alguma forma limitada de domínio e controle da situação. O povo tinha sido irritado e chamado "às armas" pelo conselho de regência, e as elites perceberam que uma segunda invasão iria certamente ocorrer e, em dezembro, essa ameaça parecia iminente e portugueses e espanhóis, mais uma vez, têm que confiar nas pessoas para conseguir assegurar a resistência de uma nação, ou melhor de toda a Península Ibérica. No entanto, eles não queriam que as insurreições não fossem controladas, nem que o entusiasmo da população em se armar e proteger as suas localidades prejudicasse o processo de recrutamento militar formal e a mobilização (Valente, 1979).

Ao longo do norte de Portugal, houve um apoio generalizado para a oposição militar aos franceses e para o alistamento voluntário, mas as autoridades tiveram considerável dificuldade em recrutar e organizar uma força regular de militares organizados. Na verdade, tem-se argumentado que uma razão subjacente para o apoio à Leal Legião Lusitana¹⁷ foi política e, com base na necessidade de manter uma presença militar independente, exclusivamente para a defesa do Porto e províncias adjacentes no norte do reino. As atividades da Junta Suprema, além disso, não se restringiram apenas a tratar da situação política imediata. Dada a falta de autoridade política central, não poderia de modo algum ser assim. Por exemplo, a Junta ordenou o levantamento do embargo no transporte e comércio de bens britânicos, a fim de estimular a economia. De facto, ao longo do período de 1808 a 1810, estima-se que, em vez de diminuir, o volume de transporte e comércio com a Grã-

¹⁷ Corpo de voluntários constituído por portugueses exilados em Inglaterra, que combateram os franceses durante o período das Invasões.

Bretanha foi mantido e até aumentado, sem efeitos perceptíveis sobre a livre passagem dos transportes (Macedo, 1962).

Havia então claramente, muitos indicadores de apoio popular para a resistência mais ativa e organizada aos franceses no norte e resultados específicos, tangíveis, sob a forma de novas estruturas civis, judiciais e militares - ou melhor, a sua combinação numa nova e alta autoridade política regional. Certamente, nestas áreas, a grande maioria do povo português, oralmente e fisicamente apoiavam essas novas formas de governo nas províncias e um número substancial deles estavam prontos para se opor fisicamente aos franceses no futuro, se necessário.

No início de 1809 a situação era desesperante ao longo de todo o território português. As autoridades tiveram de aumentar e financiar as forças militares necessárias para se opor à invasão para todos os efeitos, a partir do nada. E assim foi feito, na sua maioria, por subscrição pública e, como na Galiza, com o apoio da igreja.

O conselho de regência tinha começado a reorganização e recrutamento. No entanto, uma parte substancial dos regimentos eram meros quadros, destituídos de comandantes, armamentos e equipamento e - acima de tudo - com falta de disciplina. A principal diferença, porém, entre a situação enfrentada por Portugal no início de 1809, quando comparado com a ameaça de invasão anterior no final de 1807, e os estágios iniciais da ocupação em 1808, foi a de que o Governo Português, os militares e as pessoas estavam unidos na sua determinação de resistir aos Exércitos franceses que se aproximavam. Assim, também o estavam, é claro, o tribunal no Brasil e, portanto, o conselho da regência (Macedo, 1962).

A Junta Provisória do Governo Supremo não tinha apenas um papel estabelecido e legítimo na organização das forças armadas e na oposição popular aos franceses no norte em 1808, tendo havido uma grande continuidade em 1809.

Hayter (1993, p.211) afirma que “As pessoas declaram que vão lutar... elas estão dispostos a pensar... que são capazes de realizar maravilhas. Mas deixe um exército francês formidável apresentar-se... [e] a confusão, desânimo e distração [irá] resultar na provável aniquilação de milhares.”¹⁸ Isto dá a ideia que a população, apesar de ter a percepção que está perante um grande Exército francês, não se atemoriza com a sua vinda e vai combater “com unhas e dentes” pelos seus bens e pelas suas famílias.

¹⁸ “*The country people declare that they will fight... they are willing to think... that they are capable of performing wonders. But let a formidable French army present itself... [and] confusion, dismay and distraction [will] be mingled in the probable annihilation of thousands.*” (Hayter, 1993, p.211)

Os portugueses no norte, no entanto, também foram ajudados pelas boas relações que estavam em desenvolvimento com os espanhóis que se encontravam do outro lado da fronteira.

Além disso, a maioria das tropas estavam mal armadas e apenas um pequeno número dos voluntários e ordenanças tinham armas de fogo pessoais, a maioria dessas “tropas” de apoio tinha apenas ferramentas agrícolas ou lanças feitas de quaisquer materiais que estivessem à mão (Centeno, 2008).

O General Silveira comandou, possivelmente, uma força total de entre 10.000 e 12.000 homens de qualidade variável e temperamento imprevisível para proteger o norte contra Sault, sendo que menos de metade dos quais eram de regimentos de primeira e segunda linha e o restante composto por voluntários civis mal armados e ordenanças mal treinadas (De Naylies, 1817).

Posteriormente, Silveira continuou a perseguir e interromper as linhas de comunicação do Exército francês com ataques rápidos, que no seu global iam ajudando as forças portuguesas a obter sucesso. Silveira foi forçado a esta situação, devido à indisciplina de uma minoria das suas próprias tropas e a falta de coordenação evidente com os seus aliados espanhóis.

Quanto a Bernardim Freire de Andrade, a opinião consensual é que este foi prejudicado por uma combinação de indisciplina e animosidade ardente entre a variedade de tropas regulares, milícia e ordenanças sob seu comando em combater os franceses e o grande número de voluntários civis que se reuniram num enorme esforço para resistir aos invasores (Soriano, 1890).

A cidade do Porto foi defendida por aproximadamente 24.000 homens, dos quais apenas 4.000 a 4.500 eram de Infantaria de primeira linha e muitos deles eram, ou ex-soldados que haviam completado o serviço militar, ou novos recrutas mal treinados ou com muito fracas capacidades de compreender as manobras militares e muito menos de defender uma região ou ponto importante. O restante era composto por milícias e ordenanças, dos quais apenas uma minoria estavam armados com armas de fogo muito diferentes, de diversos calibres e proveniências (Soriano, 1890).

A defesa do Porto foi um desastre para as forças portuguesas, uma vez que a maior parte das forças irregulares que defendiam as trincheiras abandonaram os seus postos assim que a linha de trincheiras começava a ser batida (Soriano, 1890).

O mais importante para os portugueses foi, nesta altura, a dispersão e a desorganização que conseguiram impor ao Exército francês, como resultado de manobras

constantes e de dois combates substanciais, em Chaves e em Braga, e os efeitos desmoralizadores da natureza da campanha, como a perda de muitos dos seus homens em convalescença para os portugueses (por exemplo, na reconquista de Chaves), bem como o ataque constante às suas linhas de comunicações, que iria resultar numa incapacidade por parte dos franceses em continuar a sua progressão por território português até à nossa capital, Lisboa.

Assim, apesar da falta de sucesso em termos de operações militares regulares, a resistência popular à invasão francesa foi tal que, tal como acontecia em Espanha, as tropas francesas controlavam apenas o terreno que ocupavam.

É Gates (2002) que afirma que relativamente á posição dos franceses com as milícias, tanto portuguesas como espanholas, que a posição de Soult permaneceu precária. A população era mais hostil do que nunca, tendo a guerra incessante minado a força de todo o seu exército.¹⁹

Em relação à insurreição popular e resistência em 1809, na 2ª Invasão Francesa, é evidente, a partir daquilo que já vimos anteriormente, que para além dos fatores sociais e económicos, também devemos considerar os fatores políticos e ideológicos, dado que as insurreições do povo resultantes de uma perda de fé na direção política não são iguais às insurreições baseadas numa revolta contra a indisponibilidade ou preço dos géneros alimentícios provocados pelos invasores, em momentos de necessidade e de fome (Gray, 2011).

De Naylies (1817) afirma que no dia 16, ao raiar do dia, avistaram uma multidão de camponeses portugueses, alinhados na margem oposta e que, apesar da chuva, que caía intensamente, os seus números cresciam a cada minuto que passava. Eles usavam casacos de palha, com a sua forma fundida com a das rochas, vários deles avançando para a beira do rio, atirando em tudo o que dele se aproximou.²⁰

Este trecho demonstra sobremaneira a determinação que o povo tinha em combater e expulsar os franceses dum território que queriam que, a todo o custo, continuasse a ser deles para cultivar.

¹⁹ “*Soult’s position remained precarious. The population was more hostile than ever and the partisan war ceaselessly sapped the strength of his field army.*” (Gates, 2002, p.142).

²⁰ “*On the 16th, at daybreak, we saw a multitude of Portuguese peasants, lining the opposite bank [of the Minho]. In spite of torrents of rain, their numbers grew with every minute that passed. They wore overcoats of straw, their form merged with that of rocks, several of them advancing to the river’s edge, firing on all who approached the river.*” (De Naylies, 1817, p.61).

A bravura desesperada apresentada pelos franceses aquando dos golpes de mão nas pontes sobre o Cávado e na ponte de Misarela pode ter evitado perdas substanciais entre as forças francesas que aconteceriam caso estes tivessem sido encurralados entre os aliados que os perseguiram e as forças irregulares à sua frente (Gray, 2011).

Diz De Naylies (1817) que existem inúmeros exemplos nestes diários franceses e revistas, de indivíduos, famílias e da população que lutam até a morte para proteger as suas terras e casas (em ambos os lados da fronteira) e muitos outros de cooperação entre as forças irregulares espanholas e portuguesas. Homens e mulheres lutavam juntos para se livrarem dos invasores.

Com a ‘nação em armas’, não eram apenas os homens a lutar. Ao lado deles lutavam, realmente, as mulheres. De Naylies (1817, p.62) refere que “em algumas horas eles haviam construído uma bateria, em que eles colocaram dois canhões de ferro de pequeno calibre. Mais de quatrocentas mulheres, entre as quais muitas freiras, trabalhando nas trincheiras, alguns com pás ou picaretas na mão, competindo com os homens mais fortes; outras levando a terra em cestas ou nas suas saias, jogando-a para fora das mesmas.”

Apesar do entusiasmo popular em relação ao recrutamento militar e à mobilização, a falta de oficiais, uniformes, armas, equipamentos e, mais importante, o treino militar, levou à formação de forças altamente indisciplinadas e ineficazes, falando em combates regulares (Gray, 2011).

5.3 Importância do povo na 3ª Invasão Francesa

A existência de milícias e de ordenanças continua nesta altura a ser importante, integrando o Exército apenas nos flancos ou na retaguarda, mas, sobretudo, cortando as linhas de comunicação e aprisionando pequenos destacamentos franceses, procurando nestes víveres (Botelho, 1915).

Paralelamente, iremos abordar as principais ações levadas a cabo para travar os franceses.

Para se preparar para esta Invasão, Wellesley teve de fazer uma grande reorganização no Exército, e para isto socorreu-se de todos os recursos, tanto materiais como humanos, que tinha à sua disposição.

Iniciando-se o avanço dos franceses, Massena foi, á semelhança dos comandantes das anteriores Invasões, tentando acalmar os portugueses com a emissão de comunicados em que anunciava que a sua entrada no país era apenas para combater os ingleses, que segundo ele nos obrigavam a combater. Ele assumia-se como o salvador. Contudo, esta propaganda não lhe trouxe nenhuns resultados, uma vez que os comunicados que por cá se faziam, de apelo ao patriotismo, eram tidos em muito mais atenção por parte da população portuguesa (Sardica, 2011).

No seu percurso até Lisboa, Massena sofreu atrasos determinantes em Espanha e, já em Portugal, em Almeida e no Buçaco, sendo que neste último, decidiu combater na melhor posição defensiva da Europa (Glover, 2001), como alguns consideram, contra um efetivo de cerca de 52 mil homens e quase 600 peças de artilharia, pensando que apenas estariam 25 mil nesta posição. Neste facto, foi importante a ação de Wellington, que disse aos seus homens nos dias anteriores para que não acendessem muitas fogueiras, para não denunciarem o efetivo total (Sardica, 2011).

Outra estratégia delineada por Wellington foi a da “Terra Queimada”, que envolvia todos os portugueses, independentemente da idade ou do género. Eram-lhes pedidos enormes sacrifícios, tendo em vista o sucesso final – a derrota e retiradas das tropas francesas. Os portugueses, assim que os franceses se aproximavam das localidades, iniciavam de imediato a destruição de pontes, bens alimentares e colheitas, bem como abandonavam as suas casas. Só não destruíam aquilo que conseguissem transportar (Geraldo, 2011). Com estas medidas pedidas por Wellington e levadas a cabo por um povo colaborativo, os franceses, que na maior parte das vezes optavam pelo saque como principal método de reabastecimento, ficavam em maior dificuldade.

No entanto, enfrentando estas dificuldades e estes atrasos, as forças francesas continuam o seu avanço para Lisboa, sendo privados de abastecimentos do lado de Espanha pelos homens de Silveira, interrompido pelas Linhas de Torres Vedras, onde chegaram a 10 de outubro de 1810 (Geraldo, 2011).

5.3.1 As Linhas de Torres Vedras

As Linhas de Torres Vedras foram importantíssimas para afastar definitivamente os franceses do nosso país. Contudo, foi uma grande obra, bem organizada, que exigiu bastante de todos os portugueses.

Teixeira Botelho (1915, p.350) refere que o “trabalho manual foi executado por dois regimentos de milícias e trabalhadores recrutados na região, nas comarcas limítrofes e noutras afastadas, até 90kilómetros de distância, pois apesar da miséria ser grande, os braços eram poucos”.

Era preciso uma grande quantidade de mão-de-obra, pelo que esta “era fornecida pelos regimentos de milicianos de Lisboa, que recebiam 4 dinheiros diários extra pelos seus serviços; pela contratação de camponeses, cujos efectivos se situavam entre os 5000 e os 7000, pagos a um xelim diário; e mais tarde, pelo recrutamento obrigatório dos habitantes da província, numa área de 64km em redor.” (Norris e Bremner, 2001, p.17). Como se constata, esta obra teve custos, no entanto, uma vez que estava a arredar os portugueses da sua vida normal, parece-nos justo o pagamento de uma compensação. Ainda assim, “O custo da obra orçou em cerca de 100.000 libras e, por esta módica quantia construíram-se 80 km de fortificações, incluindo 150 fortes²¹, guarnecidos com 600 peças de artilharia.” (Norris e Bremner, 2001, p.17)

Durante o período de construção das Linhas de Torres Vedras, pensa-se que o êxodo populacional para este local tenha abrangido cerca de 200 mil pessoas, que era mais de 6% da população portuguesa de então (Robertson, 2008). Estes números diferem de autor para autor, sendo que Marbot (2006, p.76) escreve que este número ascendeu as “trezentas mil almas”. Seja qual for o número mais correto, dá para nos apercebermos que a quantidade de população a acorrer àquele local foi bastante, demonstrando a colaboração em tudo o que lhes era pedido. Realmente empregados na edificação²² dos fortes terão estado cerca de “150 mil populares sob o comando de uma vintena de oficiais” (Sardica, 2011, p.291) desde outubro de 1809 a outubro de 1810.

Como anteriormente mencionado, para que todo este enorme trabalho tenha sido feito, teve de haver colaboração por parte de todos e, por isso, o engenheiro João Jones faz justiça às qualidades de tenacidade, patriotismo, e paciência dos portugueses, acrescentando

²¹ Ver Anexo B (Figura 6)

²² Ver Anexo C (Figura 7)

que embora se reunissem tantos milhares de homens, alguns a muitas léguas das suas casas, às vezes debaixo da direcção dum simples oficial subalterno, que nem a língua do país conhecia, nunca, durante um ano de trabalho aturado, houve a lamentar qualquer insubordinação ou tumulto, e o segredo das obras foi sempre religiosamente guardado” (Botelho, 1915, p.351).

O povo português mostrou, mais uma vez, ter sido decisivo para o desfecho final desta Invasão e, neste caso, como foi a última, para a saída vitoriosa de Portugal e Inglaterra das Invasões Francesas.

Capítulo 6

Conclusões e Recomendações

6.1 Generalidades

Neste capítulo respondemos às questões orientadoras que foram formuladas no início desta investigação. Após o estudo feito e as obras consultadas, conseguir-se-á dar respostas devidamente fundamentadas, com toda a informação que seja considerada pertinente para a conceção do presente trabalho de investigação.

As várias questões de investigação, quer a questão central, quer as questões derivadas, que já foram dadas a conhecer no Capítulo um, foram elaboradas tendo em conta a orientação da investigação. Ao darmos resposta a todas as questões derivadas, conseguiremos ir ao encontro da resposta à questão de partida da investigação, ou questão central, e fazer umas reflexões finais sobre o tema. Faremos, também, referência às recomendações do autor e às dificuldades sentidas na realização deste trabalho. Por fim, terminaremos com algumas propostas de investigações futuras relacionadas com o tema abordado.

6.2 Questões Derivadas

Para começar a ter uma interpretação acerca do trabalho realizado e a concorrer para a resposta á questão central do TIA, darei neste subcapítulo resposta a cada uma das questões derivadas.

Em relação á questão derivada nº1 – “Em qual das Invasões foi mais evidente a participação do povo na guerra?” – podemos afirmar que em qualquer uma das Invasões, as ações do povo foram importantes. A partir do momento em que o povo começou a revoltar-se contra os invasores franceses, estes deixaram de estar seguros dentro do nosso território. Para isto concorria não só o levantamento popular em Portugal, mas também o levantamento que ocorria em Espanha. Apesar da sua importância em qualquer uma das Invasões, atacando

constantemente as linhas de comunicações dos franceses, contribuindo para a sua desorganização, quanto a nós, a tenacidade e a resiliência do povo português destacou-se mais durante a 3ª Invasão, onde, para além de manter sempre estes ataques às linhas de comunicações francesas, sacrificou-se sobremaneira devido à política da terra queimada que lhe fora pedida e acorrendo em grande número às Linhas de Torres Vedras, tendo sido fundamental na sua construção, sob a supervisão dos engenheiros militares.

Em relação á questão derivada nº2 – “Quais os aspetos em que as ideias de Clausewitz se materializaram durante as Invasões Francesas?” – conseguimos reconhecer durante as Invasões a importância dos três vértices considerados por ele na conceção trinitária da guerra. A nível político, dá-se a saída da corte para o Brasil, que, embora parecendo uma decisão acovardada por parte de D. João VI, esta foi importante para manter o trono e defender a independência de Portugal. Quanto aos chefes militares, muitos se destacaram durante este período, assumindo no entanto maior protagonismo Beresford no início, e depois Wellington. Com decisões quase sempre acertadas, conseguiram de todas as vezes expulsar os franceses. Por último, falando do povo, o principal objeto de estudo neste trabalho, em tudo contribuiu para levar a bom porto a defesa da nossa pátria. A importância destes três vértices foi enorme para o desfecho final, e uma pior prestação de um deles poderia ter posto em causa a independência de Portugal, confirmando-se deste modo a importância de cada um no decorrer da Guerra.

Relativamente á questão derivada nº3 – “Qual a preponderância que assumiu o povo no desfecho final destes conflitos?” – podemos constatar que a importância do povo no desfecho das Invasões foi primordial, pois o levantamento popular colocava os franceses em posição muito desfavorável cada vez que estes entravam no nosso território. Os invasores viam o povo armado com algumas armas de fogo, os que as possuíam, ou com ferramentas improvisadas, atacando constantemente as suas linhas de comunicação, cortando-lhes os abastecimentos e mantendo-os em constante alvoroço. Para além disto, os portugueses acatavam qualquer ordem dos chefes militares, sem vacilar. A violência com que o povo estava disposto a lutar foi aumentando no decorrer das Invasões Francesas, o que, associando com as ideias de Clausewitz, levou a uma ascensão aos extremos do lado português.

No que diz respeito á questão derivada nº4 – “Que tipo de ações foram desenvolvidas pelo povo português para contrariar os invasores durante esta época?” – é correto afirmar que as ações do povo foram fundamentais para o desfecho das Invasões. De entre as ações do povo, são de notar, a constante disposição em enfrentar os franceses, atacando as linhas de comunicações, como já foi dito anteriormente. Isto foi acontecendo durante todo o

período das Invasões. Para além disso, foi muito importante o seu sacrifício na execução da política da terra queimada e, por fim, quanto a nós a maior demonstração da vontade a população portuguesa, a afluência em massa que houve para a construção das Linhas de Torres Vedras, na ação que acabou por resultar no fim do período das Invasões Francesas.

6.3 Questão Central

Na resposta á Questão Central levantada: “Quais as atividades desenvolvidas pelo povo durante as Invasões Francesas que se podem associar com a conceção trinitária de Guerra de Clausewitz?”, a pesquisa realizada para a execução deste trabalho foi orientada para dar uma resposta coerente, tendo como base as ideias de Clausewitz e relacionando-as com os factos ocorridos no período das Invasões.

Assim, observámos que, para Clausewitz, as principais características que devemos encontrar no povo são o ódio e a hostilidade. Ora, ao longo de todo o trabalho, este ódio e hostilidade do povo português em relação aos franceses que se lhes opunham tornou-se demais evidente. Os portugueses, armados como podiam e combatendo como sabiam, dificultavam constantemente as ações dos invasores. Com constantes ataques às linhas de comunicações ou a pequenas forças francesas que momentaneamente estivessem mais isoladas, iam desgastando os franceses, impedindo o seu reabastecimento e diminuindo o seu moral.

A execução da política da terra queimada é também uma ação que demonstra o ódio da população aos invasores, uma vez que para os ver fracassar, deixavam toda a sua vida para trás, largando as suas casas e queimando as suas terras.

Por fim, uniu-se o povo para erigir as Linhas de Torres Vedras, trabalhando constantemente durante um ano, com o objetivo único e bem claro de expulsar do nosso país aqueles que não tinham o direito de nele permanecer.

Vemos que as ações levadas a cabo pelo povo foram, assim, concordantes com as características a ele atribuídas por parte de Clausewitz na sua principal obra, sendo que o ódio e a hostilidade que Clausewitz dizia serem as principais características a ser demonstradas durante a guerra, verificaram-se.

6.4 Recomendações

A nossa história é muitas vezes esquecida, erradamente. Sabendo o que se passou séculos antes de nós, ajuda-nos a perceber a nossa situação atual e aquilo que devemos ser no futuro.

Todos nós, portugueses, fazemos parte de um povo que noutros tempos já teve ações preponderantes e que pode sempre lutar pelos seus objetivos. Pode-se esquecer muitas coisas, mas nunca se pode esquecer que, não só na guerra, o povo, bem liderado, pode alterar o destino de um país. Havendo alguém que nos incuta motivação e algum objetivo pelo qual lutar, qualquer um de nós, com sacrifício e determinação, conseguirá atingir esses objetivos. Há muitos ensinamentos a retirar da nossa história. Cabe-nos a nós fazê-los valer, aproveitando os bons e descartando os maus.

6.5 Limitações da Investigação

No decorrer de todo o período de elaboração do presente trabalho foram surgindo algumas limitações. O tema deste TIA era algo abrangente, dando para desenvolver sobremaneira este tema e entrar em pormenores mais específicos poder-se-iam redigir uma infinidade de páginas, facto que não se torna possível devido á limitação de tamanho que é imposta. Mencionando esses aspetos, obteríamos um nível diferente de elaboração e capacidade de relatar melhor o quadro geral dos acontecimentos bem como especificar melhor as ideias de alguns autores. No entanto, a inexperiência do autor neste tipo de trabalhos levou a escolher um tema bastante vasto, ao invés de especificar mais a investigação.

A existência de um prazo a cumprir, por um lado, apela ao nosso sentido de responsabilidade, no entanto, houve um acumular de trabalho para perto do prazo final, principalmente devido ao início tardio da análise bibliográfica, tarefa na qual é necessário dispender bastante tempo. O planeamento acabou por não ser devidamente cumprido, devido às diferentes importâncias que foram dadas a aspetos que não o mereciam, o que dificultou a fase final de elaboração.

Sendo um trabalho na área da História e da Estratégia, por vezes tornou-se difícil assumir quais os dados numéricos mais corretos e efetuar a associação entre as duas ciências, devido á variação que ocorria de fonte para fonte, obrigando muitas das vezes o autor a escolher.

6.6 Propostas de Investigação Subsequentes

Para trabalhos futuros deste género e falando de um modo mais abrangente, propõe-se a elaboração de trabalhos que relacionem as ideias de um ou mais pensadores da arte da Guerra com os factos ocorridos em determinadas batalhas decisivas da nossa História, como por exemplo a Batalha de Aljubarrota, pois pensar no que nós passámos, ajuda-nos a pensar no que queremos para o futuro.

Bibliografia

Academia Militar (2013) *NEP 520/DE, de 30 de junho*.

Aron, R. (2002). *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Botelho, J. (1915). *História Popular da Guerra Peninsular*. Porto: Livraria Chardron de Léo & Irmão.

Centeno, J. (2008). *O exército português na guerra peninsular*. Lisboa: Prefácio.

César, V. (1903-1910). *Invasões Francesas*. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar.

Chagas, M. (1899-1907). *História de Portugal*. Lisboa: Empresa da História de Portugal – Soc. Editora.

Clausewitz, C. (2006). *Da Guerra*. Lisboa: Editora Perspectivas&Realidades.

Couto, A. (1988). *Elementos de Estratégia*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

De Naylies, M. (1817). *Mémoires sur la guerre d'Espagne pendant les années 1808 – 1811*. Paris: Megrinel Auselir & Poeliand.

Dias, C. (2010). *Sobre a Guerra*. Lisboa: Prefácio.

Esdaile, C. (2005). *Popular resistance in the French Wars: patriotism, partisans and land pirates*. New York: Palgrave Macmillan.

Fletcher, I. (2003). *The Lines of Torres Vedras 1809-11*. Oxford: Osprey Publishing.

Fonseca, A. (2009). Marquês de Nisa no bloqueio de Malta (1798-1799), *Revista Militar*, Nº2496, 19-27.

Fortin, M. (2009). *O Processo de Investigação: da concepção à realização* (5ª Edição). Loures: Lusociência.

Gates, D. (2001). *The Peninsular War, 1807-1814. A concise Military History*. Londres: Penguin.

Geraldo, J. (2011). *As Invasões Napoleónicas – Desde a ida da Família Real para o Brasil às Linhas de Torres 1807 – 1811*. Lisboa: Âncora.

Gil, F. (1912-1913). *A Infantaria Portuguesa na Guerra da Península*. Lisboa: Cooperativa Militar.

Gray, A. (2011). *The French Invasions of Portugal 1807-1811: rebellion, reaction and resistance*. Department of History of the University of York, York.

Hayter (1993). *The backbone: diaries of a military family in the Napoleonic Wars*. Auckland: Bishop.

Honig, J. (2011). *Clausewitz: The State and War*. Estugarda: Franz Steiner.

Jornal de Notícias. (2009). *Mapa das Invasões Francesas*.

Disponível em: <http://www.jn.pt/Storage/ng1133833.jpg>

Macedo, J. (1962). *O bloqueio continental: economia e guerra peninsular*. Lisboa: Delfos.

Marbot, G. (2006). *Memórias sobre a 3ª Invasão Francesa*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Medina, J. (1990). *História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Multilar – Edição e Distribuição.

Neves, J. (1989). *História Geral das Invasões Francesas em Portugal e da Restauração do Reino*. Porto: Edições Afrontamento.

Norris, A., Bremner, R. (2001). *As Linhas de Torres Vedras: As três primeiras linhas e as fortificações ao Sul do Tejo*. Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras/Museu Municipal Leonor Trindade.

Nunes, A. (2003). *A Primeira Invasão Francesa*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.

Nunes, A. (2003). *A Terceira Invasão Francesa*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.

Peres, D. (1928-1981). *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense.

Pérez, F. (2007). *Clausewitz, el pensador de la guerra*. Retirado: Junho, 24, 2015, de <http://www.nodulo.org/ec/2007/n066p13.htm>.

Proença, M. (1999). *A Independência do Brasil*. Lisboa: Colibri.

Proença, M. (2003). *Tipologias e espectro da Guerra*. Retirado: Julho, 14, 2015, de http://triplov.com/miguel_garcia/tipologias_de_guerra/tipologias.htm

Quivy, R., Campenhoudt, L. (1988). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (2ª Edição). Lisboa: Gradiva.

Robertson, I. (2008). *A commanding presence. Wellington in the Peninsula, 1808-1814. Logistics. Strategy. Survival*. Gloucestershire: Spellmount.

Sardica, J. (2011). *A Europa Napoleónica e Portugal – Messianismo Revolucionário, Política, Guerra e Opinião Pública*. Parede: Tribuna.

Sarmiento, M. (2013). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada* (3ª Edição). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Soriano, S. (1866-1893). *História da Guerra Civil*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Valente, V. (1979). O povo em armas: a revolta nacional de 1808-1809. *Análise Social*. Vol. XV, 57, 7-48.

Anexos

Anexo A – Mapa das Invasões Francesas

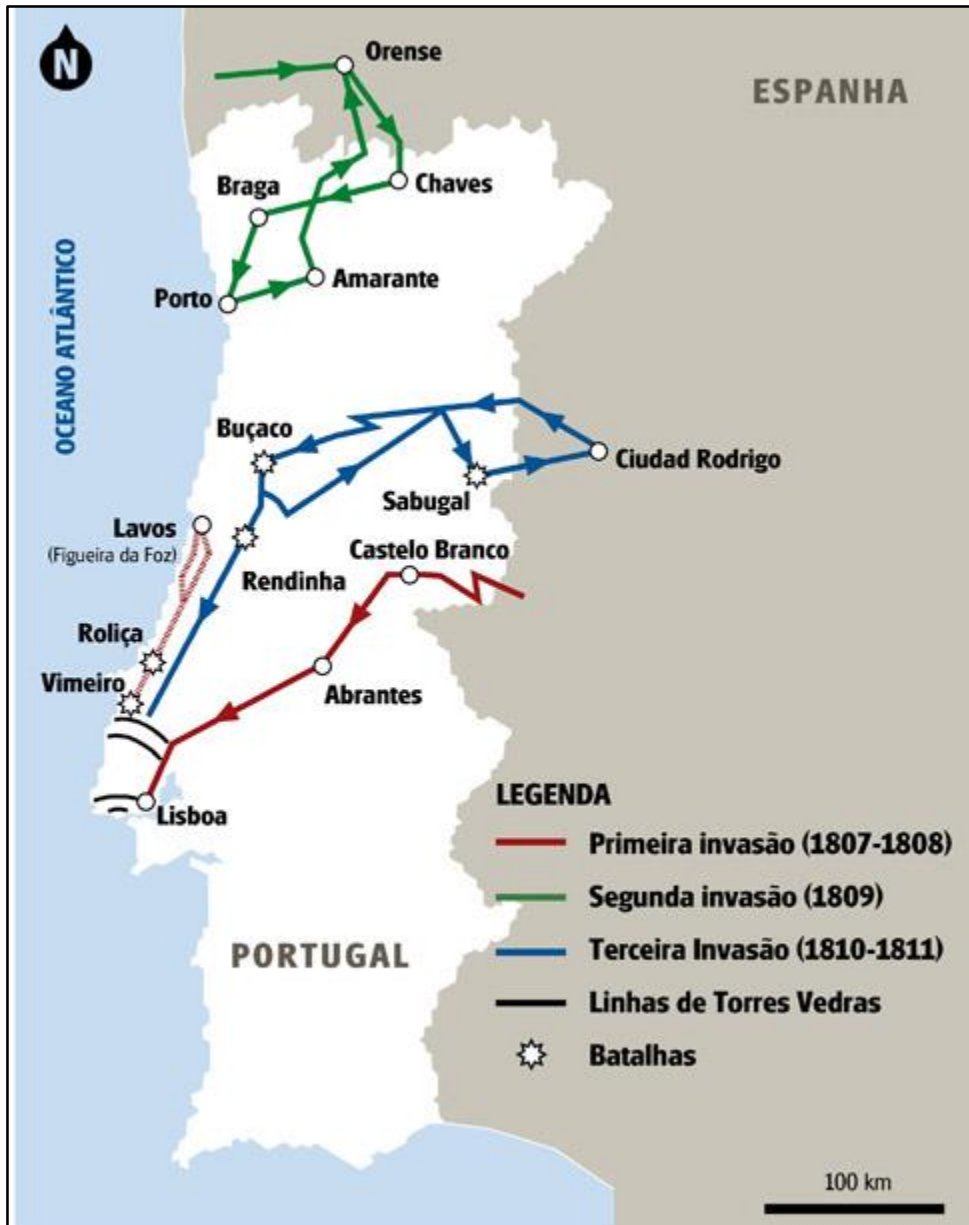


Figura 5 - Mapa das Invasões Francesas

Fonte: (Jornal de Notícias, 2009)

Anexo B – Forte de S. Vicente

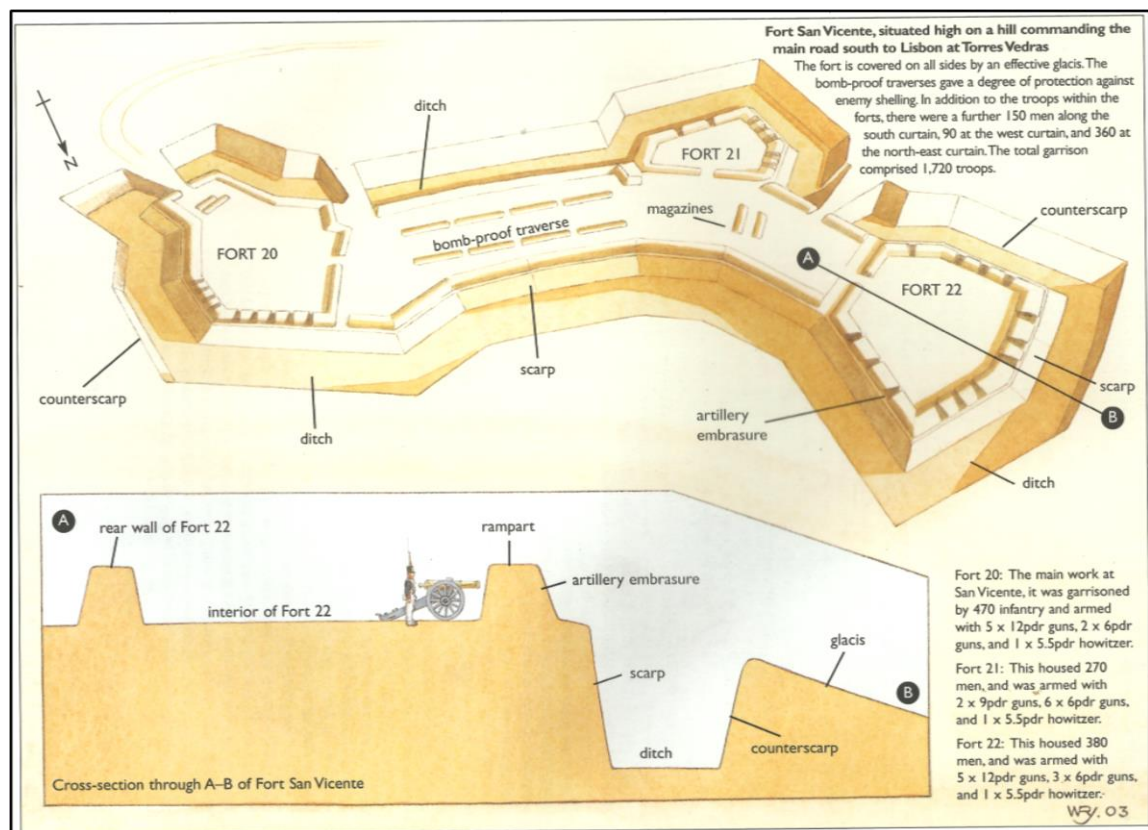


Figura 6 - Forte de S. Vicente

Fonte: (Fletcher, 2003, p.38)

Anexo C – Trabalhadores nos Fortes

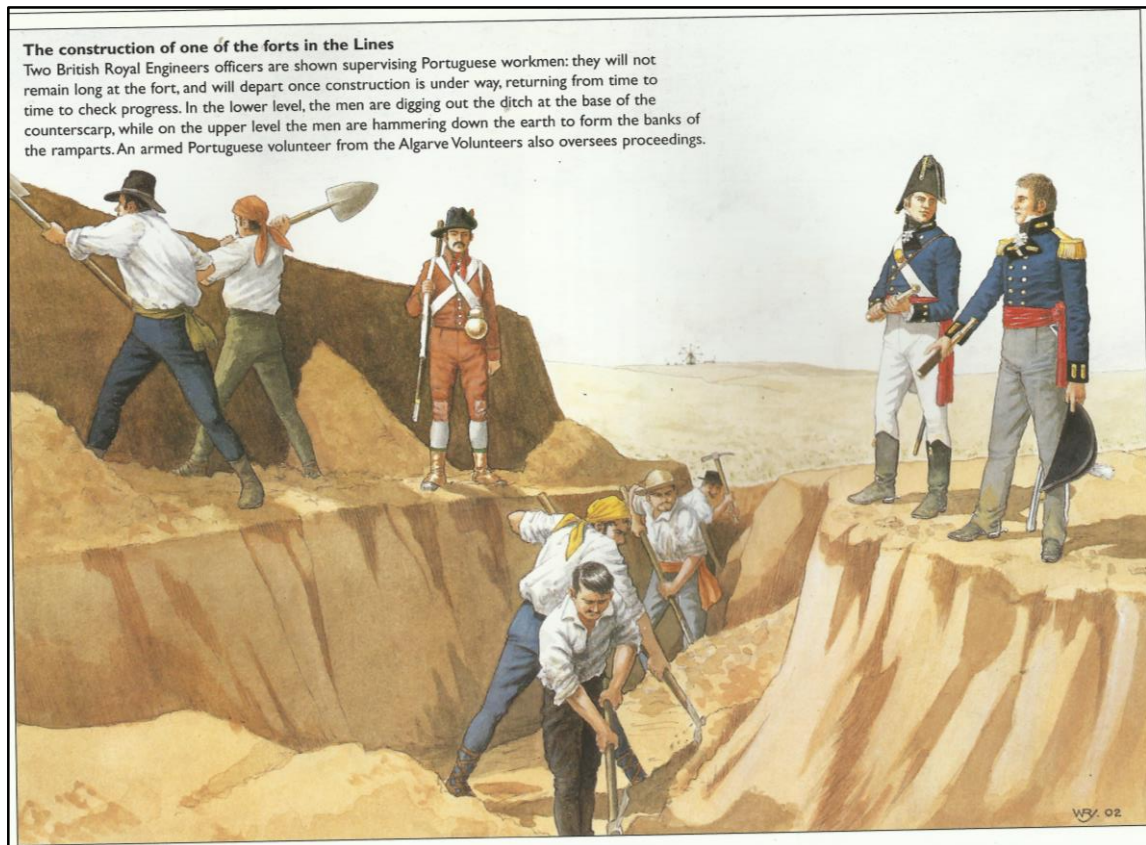


Figura 7 - Trabalhadores nos Fortes

Fonte: (Fletcher, 2003, p.14)